

9M.
ER
1

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE
DOIS MIL E ONZE**

-----Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e onze, pelas 09:30 horas, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

UM - *Exposição do Senhor Presidente da Câmara;* -----

DOIS – *Pedido de aprovação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2012, aos valores patrimoniais dos prédios urbanos;* -----

TRÊS – *Pedido de autorização de lançamento de uma derrama, para o ano de 2012, a incidir sobre a colecta de IRC do ano económico de 2011;* -----

QUATRO – *Pedido de aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem;* -----

CINCO – *Pedido de aprovação da 12.ª Modificação aos documentos previsionais de 2011 que se traduz na 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e na 3.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos;* -----

SEIS – *Pedido de aprovação da suspensão parcial do Plano Director Municipal de Alijó;* -----

SETE – *Pedido de autorização para o Município celebrar escritura de justificação do prédio onde se encontra implantado o Pavilhão Gimnodesportivo de Alijó;* -----

OITO – *Pedido de autorização de desafecção do domínio público para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno, sito no Largo da Carranca, em Sanfins do Douro.* -----

-----**PRESIDENTE DA MESA**, Sr. Eng. João Manuel Gouveia da Costa na ausência do Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos, convidou o Membro Filomena Margarida Gonçalves Marques a assumir o lugar, iniciando assim os trabalhos acompanhado pela

Primeira Secretária D.^a Filomena Margarida Gonçalves Marques e pela Segunda Secretária D.^a Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. -----

Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo justificado os seguintes Membros: Elias Martins Eiras, Luís Manuel Rodrigues Cardoso, Manuel José Sousa Pinto Vilela e António Manuel Veiga Lobo Figueiredo Barros. Faltaram ainda por motivo injustificado os seguintes Membros: Humberto João Barbosa dos Santos, Carlos Filipe Mesquita Gomes, Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias, Pedro Elias Perry da Câmara e Telmo Augusto Sobreira Pinto. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca à discussão a Acta da sessão Ordinária do dia 29 de Abril de dois mil e onze, que por lapso dos serviços não foi enviada à sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de Junho de dois mil e onze, e abre Período de Inscrições. Não havendo inscrições a mesma foi colocada a votação, sendo aprovada por maioria de votos, com 26 votos a favor e 01 abstenção. Coloca ainda à discussão a Acta da sessão Ordinária do dia 30 de Junho de dois mil e onze, e abre Período de Inscrições. Não havendo inscrições a mesma foi colocada a votação, sendo aprovada por maioria de votos, com 24 votos a favor e 03 abstenções. --

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente da Junta de Freguesia de Favaios, onde o seu Presidente não podendo estar presente nesta Sessão da Assembleia Municipal, se faz representar pela sua Secretária, Maria Cordália Areias Teixeira Paredes e ainda a Intervenção da Deputada do PCP ao Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, sobre “Problemas dos Vitivinicultores portugueses”, proferida na Sessão Plenária do Parlamento Europeu. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Antes de dar início ao Período de *Antes da Ordem do Dia*, dá a palavra à Sr.^a Filomena Nogueira, a seu pedido. -----

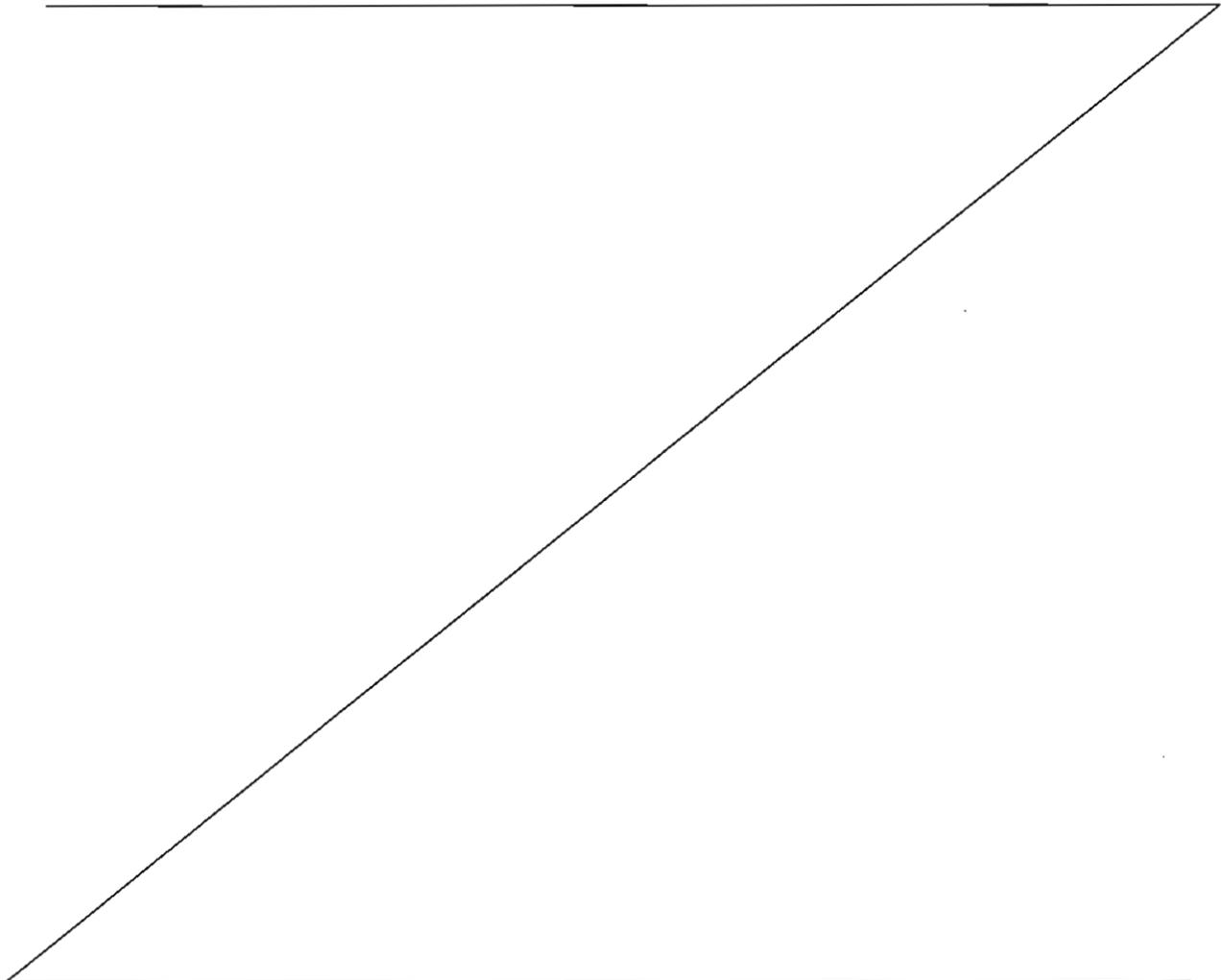
----- **MEMBRO FILOMENA NOGUEIRA:** Solicita a todos os Membros da Assembleia um minuto de silêncio em memória do Sr. Amândio Ribeiro, um habitante de Cal de Bois, que sempre aí residiu e que foi tesoureiro da Junta durante vinte e dois anos. Informa ainda que o Sr. Amândio Ribeiro era agricultor de profissão, uma pessoa séria, trabalhadora e idónea que sempre contribuiu para o progresso da freguesia de Cal de Bois e do Pópulo, e consequentemente para o bem-estar daquelas pessoas. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá início ao minuto de silêncio. -----



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Antes do Período de *Antes da Ordem do Dia*, e a que a pedido da Secção de Recursos Humanos, informa os Srs. Membros da Assembleia que ainda não tenham entregue fotocópia do bilhete de identidade, número de contribuinte e fotocópia do NIB, na referida secção, que o façam o mais breve possível, de modo a poderem ser pagas as respectivas senhas de presença. Pois a trabalhadora da Secção de Recursos Humanos informou que o pagamento só poderá ser efectuado após todos os membros entregarem os seus documentos. Dá início ao Período de *Antes da Ordem do Dia*, e introduz o *Ponto Um "Exposição do Senhor Presidente da Câmara"* (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). -----



EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a atividade do Município respeitante aos meses de Junho de 2011 (segunda quinzena), Julho, Agosto e Setembro (primeira quinzena).

1 – Situação Financeira da Autarquia

À data da presente informação, a Câmara de Alijó tem em dívida a fornecedores o montante de € 7.307.058,03 (sete milhões, trezentos e sete mil, cinquenta e oito euros e três cêntimos).

Desta dívida, que engloba dívida corrente e dívida de investimento, a dívida a fornecedores de imobilizado (investimento) representa cerca de 47,00%.

Relativamente aos empréstimos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

A dívida a entidades financeiras, resultantes de acordos de pagamento entre o Município e os empreiteiros, provenientes de acordos de factoring celebrados pelos empreiteiros está a ser paga mensalmente de acordo com os planos de pagamento.

2 – Atividade do Município

A – Atividade administrativa e de prestação de serviços

Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afetos, encaminhando os cidadãos para os serviços respetivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei.

B – Atividade cultural e desportiva

a – Atividade cultural

Biblioteca Municipal

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>
Junho*	3	158
Julho	2	283
Agosto	5	338
Setembro**	8	139

* A partir do dia 13 (inclusive)

** Até ao dia 13 (inclusive)

Biblioteca Itinerante

Mês	Livros requisitados
Junho*	87
Julho**	0
Agosto**	0
Setembro**	0

* A partir do dia 13 (inclusive).

** A Biblioteca Itinerante esteve parada

Atividades Realizadas:*

- “Nós vamos lá!”, leitura ao domicílio.
- “A festa das palavras”
- “Nas linhas do corpo”
- “Para crianças que ainda não conseguem chegar ao puxador da porta”
- “Histórias com sombra”

*Referentes a Junho, Julho, Agosto e Setembro.

**Referentes a abril, maio e junho.

Auditório Municipal

Ações Pagas

Título	Tipo	Sessões	Bilhetes Vendidos	Mês
Piratas das Caraíbas por Estranhas Manhãs	Filme	3	73	Julho
Durante o mês de Agosto não se realizaram atividades no Auditório				Agosto
Até a data ainda não tivemos atividades a pagar no Auditório				Setembro

Ações gratuitas

Título	Tipo	Sessões	Espectadores	Mês
Festa de Fim de Ano da Pré-Escola de Alijó	Comemoração	1	150	Julho
Festa de Fim de Ano da Santa Casa Alijó - Creche	Comemoração	1	250	
Grupo de Dança TAG'S	Dança	1	300 *	
Grupo A Fazenda	Musica	1	280*	
OFITEFFA – Pão com Histórias / Rabelos do Douro	Teatro/ Musica	1	300*	
Grupo – Uxu Kalhos	Música	1	250*	
Reunião da Adega Cooperativa de Alijó	Reunião	1	200	

Filme para o Grupo ATL- Estrela Polar	Filme	1	38	Agosto
Escola de Música de Alijó / Rancho "O Plátano"	Musica / Dança	1	400*	
River Brass Band	Musica	1	300*	
Rango para os meninos do ATL de Favaios	Filme	1	19	
A morte de Carlos Gardel -Douro Film Harvest	Filme	1	200*	Setembro
Cidade Baixa	Filme	1	12*	
Uma Separação	Filme	1	10*	
Chuvas de Verão	Filme	1	50*	
Lula, o filho do Brasil	Filme	1	45*	
O Maior Amor do Mundo	Filme	1	70*	
Carlota Joaquina, Princesa do Brasil	Filme	1	30*	
O estranho caso de Angélica	Filme	1	13*	
A Caça / Acto da Primavera	Filme	1	15*	
Os Falsificadores	Filme	1	20*	
Quilombo	Filme	1	15*	
Las Acacias	Filme	1	18*	
Hermano	Filme	1	17*	
Chico e Rita	Filme	1	33*	
Meia-noite em Paris	Filme	1	250*	
A Arvore da Vida	Filme	1	21*	
Douro, Faina Fluvial / Aniki Bóbó	Filme	1	11*	
Orfeu Negro	Filme	1	8*	
Tieta do Agreste	Filme	1	37*	

*Atividades realizadas no Anfiteatro das Piscinas, no âmbito do programa "Quintas à Noite"

*Filmes inseridos no programa Douro Film Harvest

Espaço Internet

Julho

Total Utilizadores	Média de idades
891	21.8

Agosto

Total Utilizadores	Média de idades
1198	21.0

Setembro

Total Utilizadores	Média de idades
158	22.5

- Até ao dia 13 de Setembro. Dos dias 05 a 11 de Setembro, o espaço esteve reservado à organização do Douro Film Harvest

b – Atividade desportiva -Piscinas Municipais

Entradas no Complexo para utilização da Piscina

Julho 2011	Nº de Entradas
Lazer	
	5034

Agosto 2011	Nº de Entradas
Lazer	
	7682

01 a 18 de Setembro 2011	Nº de Entradas
Lazer	
	459

Nº Total de Entradas	13175
-----------------------------	--------------



c – Posto de Turismo

Junho

24 Portugal
02 Suíça
09 França
02 Canadá
09 Inglaterra
10 Holanda
06 Espanha
02 Bélgica
01 Emigrantes
Total: 65

- Prestação de informação turística documental.
- Preparação e organização de programas turísticos para grupos que visitam a região.
 - Acolhimento e acompanhamento de estagiário da Escola Profissional NERVIR do Curso de Técnico de Turismo. A duração do estágio – 1 mês.
 - Continuação de acompanhamento de estagiários da Escola EB 2/3 D. Sancho II do Curso de Técnico de Gestão e Equipamentos Informáticos.
 - Conclusão de Estágio do Curso de Técnico de Turismo. Avaliação.

Julho

77 Portugal
41 França
02 Holanda
09 Inglaterra
09 Brasil
02 Estados Unidos
15 Espanha
05 Alemanha
03 Dinamarca
02 Emigrantes
Total: 165

- Prestação de informação turística documental.
- Preparação e organização de programas turísticos para grupos que visitam a região.
- Continuação de acompanhamento de estagiários da Escola EB 2/3 D. Sancho II do Curso de Técnico de Gestão e Equipamentos Informáticos.
- Conclusão de estágio do Curso de Técnico de Gestão e Equipamentos Informáticos.

Agosto



90
92

174 Portugal
71 França
17 Holanda
10 Inglaterra
04 Suíça
07 Brasil
05 Estados Unidos
19 Espanha
22 Alemanha
01 Colômbia
02 Emigrantes

Total: 332

- Prestação de informação turística documental.
- Preparação e organização de programas turísticos para grupos que visitam a região.

Setembro à data de 14.09.2011

31 Portugal
07 França
01 Inglaterra
02 Estados Unidos
04 Espanha
04 Alemanha

Total: 49

- Prestação de informação turística documental.
- Preparação e organização de programas turísticos para grupos que visitam a região.

d – Gabinete de Arqueologia

A presente exposição descreve as atividades fundamentais levadas a cabo pelo Gabinete de Arqueologia no trimestre supramencionado. Nesta, integram-se todas as ações de preservação, valorização, proteção e divulgação do património cultural, executadas no âmbito do interesse cultural relevante para o concelho de Alijó. O interesse cultural relevante engloba, nomeadamente, o histórico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social e técnico.

Ações fundamentais do Gabinete de Arqueologia

Conceção e execução de visitas técnicas e pedagógicas guiadas, dirigidas a Escolas e grupos interessados em conhecer o passado concelhio, a saber:

- *Dia 22 de Julho (Câmara Municipal de Espinho – Campo de Férias, Grupo I);



- Dia 18 de Agosto (ATL Arco Íris de Favaios - Campo de Férias);
- *Dia 24 de Agosto (Câmara Municipal de Espinho – Campo de Férias, Grupo II).

*Cooperação com a Câmara Municipal de Boticas - Divisão da Cultura, pela conceção de duas visitas técnicas e pedagógicas guiadas, solicitadas por Técnicos Superiores licenciados, no âmbito do “*Campo de Férias da Câmara Municipal Espinho - 2011*”, ao Povoado Fortificado de S. Marcos/Pópulo/Touca Rota; Conjunto Arquitetónico do Santuário do Sr. de Perafita, Monumento Megalítico da Anta da Fonte Coberta e Via/Ponte Romana de S. Mamede de Ribatua. Estas visitas tiveram como objetivo primordial mostrar o rico património histórico e cultural localizado no Concelho de Alijó;

Divulgação contínua do concelho de Alijó em termos patrimoniais e culturais, através do envio de imagens para a ferramenta Web on-line “Panoramio” que, por sua vez, permite em interligação com o software Google Earth, a visualização de imagens “in loco” dos bens patrimoniais georreferenciados. Ex: Capelas, Igrejas, Fontes, Chafarizes, Pelourinhos, Miradouros, Espigueiros, Cruzeiros e Eiras, entre outro património exumado no Concelho de Alijó;

Na sequência do Objetivo descrito no ponto 2. da minha Avaliação de Desempenho, entrega de uma Base de Dados/Inventário Geral do Património Arqueológico e Arquitetónico do Concelho de Alijó, tendo em vista a melhoria do serviço prestado (no caso específico, do Gabinete de Arqueologia) ao munícipe e à população em geral. O Inventário Digital proposto visa promover o conhecimento científico local acerca do passado arqueológico concelhio, sendo que enfatizo ferramentas que constituem o futuro no campo da comunicação;

Estabelecimento de contactos com o Departamento de Geologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo em vista o agendamento de uma reunião a ocorrer no Município de Alijó, para avaliação prévia do risco de queda/desmoronamento de um bloco granítico assente num afloramento rochoso localizado na Freguesia do Amieiro e na proximidade de áreas habitacionais, com vista ao planeamento de uma intervenção sustentável;

Atualização pontual e somente de âmbito “*Patrimonial/Histórico*” da recente página de internet criada pela Junta de Freguesia de Vila Verde. Esta ação surge a pedido do Sr. Presidente da Junta e na sequência de outros exigidos por parte da população devido há inexistência de algum património fotográfico on-line de outras aldeias pertencentes à Freguesia de Vila Verde;

Continuação da cooperação no projeto do Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favaios (acompanhamento das obras em curso e participação em diversas reuniões, agilização do processo interno/externo);

Análise e conseqüente resposta via correio eletrónico de diversos pedidos individuais e de entidades empresariais, relativos ao património histórico e arqueológico exumado neste concelho;



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Assembleia Municipal de Alijó

ER

Envio de informação previamente solicitada (de índole histórica e patrimonial) para a equipa organizativa do "Douro Film Harvest";

Continuação da realocização dos arqueossítios no concelho de Alijó através da atualização da ficha de sítio arqueológico, por ex.º pela deteção no terreno de possíveis ameaças à integridade do património e análise do seu estado de conservação, tendo sempre em vista a proteção, bem como a fruição pública dos mesmos;

Início da identificação patrimonial e posterior instrução de Processos de Classificação de Imóveis como de Interesse Municipal, tendo em vista a salvaguarda, proteção e divulgação dos mesmos como bem público e de fruição geral;

Divulgação de eventos de âmbito cultural e histórico através da Newsletter com periodicidade mensal. Esta Newsletter, além de ser enviada por correio eletrónico, pode ser ainda consultada e visualizada na página do Município especificamente dedicada à Arqueologia, em <http://arqueologia.cm-alijo.pt/>;

Dinamização do património histórico e arqueológico concelhio, mediante a continuação da aplicação de miniprojectos:

- Atualização contínua da página da Internet, especificamente dedicada à Arqueologia;
- Divulgação mensal do património arqueológico concelhio através da Agenda Municipal e da Newsletter (todos os meses o Município de Alijó dá a conhecer diversos elementos iconográficos e informativos sobre diferentes arqueossítios);
- Colaboração com os Presidentes de Junta de Freguesia, tendo em vista a promoção de iniciativas relacionadas com o património local.

C- Obras e Intervenções Municipais

- * Reparação de ruturas de água;
- * Limpeza de estações elevatórias,
- * Desentupimento/limpeza de saneamentos, fossas séptica, fontanários e ribeiros;
- * Substituição de Bombas de Água avariadas;
- * Trabalho em ramais de saneamento e colocação de grelhas para águas pluviais;
- * Trabalhos de manutenção em várias EB1 e JI do concelho;
- * Trabalhos vários em estradas e passeios;
- * Colocação e manutenção de tampas de saneamento;
- * Trabalhos de manutenção em Bairros Sociais do Concelho;
- * Montagem e desmontagem de Palcos e Estrados;
- * Montagem e desmontagem de Stands;
- * Trabalhos de manutenção na Pavilhão Municipal de Alijó;
- * Limpeza de espaços públicos,
- * Reparação de luminárias,
- * Mudança e montagem de materiais do Mercado Municipal;
- * Mudança do arquivo do Mercado para o Teatro Auditório;

* Trabalhos de jardinagem vários.

Listagem de obras:

- Pólo do Museu do Douro (Pão e Moscatel) – Projeto de Eletricidade – Adjudicada
- Ampliação, Conservação e Reparação das Redes de Saneamento (Favaios, Alijó e Sanfins do Douro) – Adjudicada
- Ampliação das Redes de Saneamento (St.^a Eugénia) – Adjudicada
- Beneficiação/Ampliação da Zona Desportiva e de Lazer de Alijó (Vedação e Trabalhos Complementares) – Adjudicada
- Aluguer de Pré- Fabricados – Mercado Municipal – Adjudicada
- Conservação e Reparação (Cemitério de Alijó) – Adjudicada
- Pólo do Museu do Douro (Pão e Moscatel) – Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favaios – Equipamentos AVAC – Adjudicada
- Eliminação e Limpeza de Lixeiras e Montureiras no Concelho – Em concurso
- Pólo do Museu do Douro (Pão e Moscatel) – Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favaios – Em concurso
- Reservatórios do Município – Execução (Alto de Pegarinhos, Vila Verde, Vilar de Maçada e Jorjais) - Em concurso
- Ampliação, Remodelação e Reparação das Redes de Saneamento (Vale de Mendiz) – Em concurso

D – Ação Social

- Atendimento / Encaminhamento de situações;
- Apoio psicossocial;
- Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Proteção de Crianças e jovens (atendimento, acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias);

Apoio a Idosos e Deficientes

Ajudas Técnicas - dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados, tais como, cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho.

De Fevereiro a Junho foram emprestados:

Freguesias	Camas	Cadeiras	Fraldas
Alijó	1	1	
Vila Chã	2		
Vila Verde		1	
Vilar de Maçada			2

Habitação

- Atribuição de 2 fogos tipologia T2 e T3, no Conjunto Habitacional de Cotas;



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

13

Assembleia Municipal de Alijó

- Atribuição de 1 habitação tipologia T3, no Conjunto Habitacional de Casal de Loivos.
- Abertura de concurso para atribuição de 1 fogo tipologia T3, no Conjunto Habitacional de Carlão;

- Programa “Solarh”

N.º de processos entrados de Julho a Setembro – 0

N.º de processos em análise nos serviços – 1 (Freguesia de Cotas)

N.º de processos aprovados pelo IHRU – 1 (Freguesia de Favaios)

Projetos de Intervenção Comunitária

- Programa - Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS). Este projeto é de âmbito supraconcelhio e abrange o território dos três Concelhos referenciados, sendo a Associação Douro Histórico a entidade Coordenadora e Executora do mesmo. O Plano de Ação foi elaborado por um grupo de trabalho constituído por elementos do Núcleo Executivo da Rede Social dos respetivos Concelhos.

Ações desenvolvidas:

- II Torneio de Boccia, realizado no dia 29 de Junho, com a participação de 9 equipas representantes de 9 IPSS Do Concelho de Alijó. Ficando em 1º Lugar Amieiro, 2º lugar Stª Eugénia e em 3º lugar Stª Casa da Misericórdia de Alijó;
- Dinâmicas de Gerontomotricidade nas IPSS do Concelho, exceto mês Agosto;
- Web Itinerante em todas as IPSS do Concelho, exceto mês Agosto;

Gabinete de Inserção Profissional - GIP

ATIVIDADES	Julho	Agosto	Setembro
Realização de sessões de técnicas de procura de emprego	0	0	0
Realização de sessões de informação escolar e profissional para jovens e adultos desempregados	0	0	0
Realização de contactos com empresários da iniciativa do animador e Visitas a Empresas	0	0	3
Captação de ofertas de emprego	3	0	4
Encaminhamentos para emprego qualificação profissional, estágios, colocação e outras medidas de apoio ao emprego, à empregabilidade e ao empreendedorismo	33	5	19

Comissão de Proteção de Crianças e jovens

- Processos em acompanhamento: 38
- Processos entrados/abertos de Junho a Setembro: 5
- Processos remetidos para tribunal de Julho a Setembro: 0

Reuniões	Total/ ano	Julho, Agosto, Setembro	Total até Setembro
Comissão Restrita	6	0	3
Comissão Alargada	25	3	15

E – Educação:

- Candidatura ao Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 1º CEB (Atividade Física, Ensino de Inglês e Desportiva e Ensino da Música para todos os anos de escolaridade);
- Preparação e organização do ano letivo 2011/2012 (transportes escolares, refeições escolares, apetrechamento dos estabelecimentos de ensino,...);
- Candidatura ao Programa de Fornecimento de refeições escolares em todas as Escolas do 1º CEB;
- Implementação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) nos Jardins de Infância do concelho;
- Gratuitidade da componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins de Infância do concelho;
- Implementação do sistema de Ação Social Escolar para apoios económicos à alimentação no 1º CEB e no Pré-Escolar (no caso do 1º CEB apoiou-se também ao nível de manuais escolares). Atualização permanente dos escalões de Ação Social Escolar;
- Gratuitidade dos transportes escolares para todos os níveis de ensino;
- Cedência de transporte para visitas de estudo para alunos de todos os estabelecimentos de ensino (desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, passando pelos Cursos CEF e Profissionais);

F – Saúde Pública:

Apresenta-se, seguidamente, um resumo da atividade desenvolvida pelo Médico Veterinário Municipal de Alijó entre 15 de Junho de 2011 e 14 de Setembro de 2011:

- Inspeção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê;
- Inspeção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó;
- Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro;

- Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário;
- Campanha de vacinação antirrábica em época normal, com deslocação a todas as localidades do concelho;
- Emissão de guias de trânsito para deslocação entre explorações de equinos, e para deslocação de ovinos e caprinos entre exploração e matadouro;
- Avaliação de projetos e vistoria prévia de estabelecimentos de venda e/ou manufatura de produtos alimentares, para posterior emissão de Licença de Utilização Camarária, com emissão de parecer;
- Avaliação de queixas de insalubridade envolvendo animais;
- Coordenação bimensal com o canil Intermunicipal de Vila Real, para programação e execução de capturas de canídeos errantes no concelho de Alijó;
- Colaboração com a GNR de Alijó na resolução de problemas envolvendo animais;
- Colaboração com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, através da prestação de inspeção sanitária em Matadouro (Matadouro Alleu, em Vila Real);
- Participação no Júri de Admissão de Gado no VIII Concurso Pecuário integrado nas festas em honra de N.^a Sr.^a da Boa Morte, na freguesia do Pópulo;

G – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local

Área de Intervenção	Participantes	Objetivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó Setor Agroindustrial – Produção de vinhos comuns e licorosos	. GADL; . Promotores.	Acompanhamento de 2 processos de adaptação ao novo regime de exercício das atividade industrial de acordo com o Dec-Lei n.º209/2008	. Análise dos processos: - regularização do licenciamento industrial tipo 3.
Concelho de Alijó Setor Agropecuário – Alijó, Pópulo, Santa Eugénia.	. GADL; . Promotores	Acompanhamentos das atividades nas explorações Pecuárias e Cozinhas Regionais.	. Visitas de trabalho periódicas às explorações.
Concelho de Alijó – Alijó Setor/Turismo	. GADL; . Empresa de Consultoria "longomai"	Participação na elaboração do Guia da Natureza do Douro	. Fornecimento de informação através de questionário, elaborado para o efeito.
Concelho de Alijó Sector Empreendedorismo - Alijó, Pinhão LEADER/PRODER	. GADL; . Empreendedor; . SPA, Consultoria;	Informação sobre o novo Regime Jurídico de Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos;	. Reunião de trabalho com o promotor para informação e esclarecimento sobre todos os passos a seguir para classificação de um empreendimento turístico.

Concelho de Alijó – Alijó Setor/Turismo	. GADL; . Empresa de Consultoria "longomai"	Participação na elaboração do Guia da Natureza do Douro	. Fornecimento de informação através de questionário, elaborado para o efeito.
Concelho de Alijó Sector Empreendedorismo - Alijó, Pinhão LEADER/PRODER	. GADL; . Empreendedor; . SPA, Consultoria;	Informação sobre o novo Regime Jurídico de Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos;	. Reunião de trabalho com o promotor para informação e esclarecimento sobre todos os passos a seguir para classificação de um empreendimento turístico.
Concelho de Alijó (Setor Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA Proc. DGRF n.º 2596)	. GADL; . Guarda- florestal Auxiliar; . Conselho Cinegético; . DGRF;	. Melhorar a Gestão da ZCMA.	. Avaliação periódica do estado de comedouros instalados e bebedouros naturais; . Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados; . Foram efetuadas ações de profilaxia sanitária no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA; . Divulgação através do Site do Município de toda informação necessária para o exercício da Caça na ZCMA, para época venatória 2011/2012; . Ações de Captura de coelho bravo no Posto de reprodução e respetivo repovoamento em locais previamente definidos; . Envio do plano Anual de Exploração da época venatória 2011/2012, para: AFN; Juntas de Freguesia; Jornal Nacional e Jornal Regional; Elaboração e envio à AFN da listagem, sorteio dos caçadores inscritos para a época venatória 2011/2012 - requerimentos para renovação de carta de caçador, requerimentos para exame da carta de caçador e recebimento de requerimentos para pedidos de indemnização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas;

			<ul style="list-style-type: none"> . Análise dos processos de incentivo à criação de áreas de alimentação (sementeiras) para as principais espécies cinegéticas na ZCMA, solicitados por agricultores. . Tratamento e envio de correspondência ao caçador; . Sinalização das áreas de refúgio criadas para a época venatória 2011/2012 . Fiscalização da ZCMA;
Concelho de Alijó (Setor Pesca – Zona de Concessão da Albufeira de Vila Chã Alvará n.º206/2008)	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Guarda-florestal Auxiliar; 	. Melhorar a Gestão da Concessão de Pesca da Albufeira de Vila Chã	<ul style="list-style-type: none"> . Serviço administrativo da Concessão de Pesca: . Emissão de autorizações diárias para pescar na Albufeira de Vila Chã;
Concelho de Alijó Setor Pesca –	. GADL;	. Melhorar a Gestão das áreas de pesca desportiva, no Rio Tua e Rio Pinhão	. Elaboração de dois processos de concessão de Pesca Desportiva relativos ao Rio Tua e Pinhão e respetivo pedido à AFN.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . GTF; . COM. 	. Coordenar as ações de Serviço Municipal de Proteção Civil em alertas amarelo e laranja, segundo avisos do CDOS e IM.	. Acompanhamento de todas as ocorrências no Concelho de Alijó e nos Concelhos limítrofes.
Setor Florestal – PMDFCI	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . GTF; . COM. 	. Conselhos sobre queimas e queimadas aos proprietários.	. Aconselhamento, de forma permanente, das medidas preventivas a seguir durante a execução de queimas e queimadas.
	<ul style="list-style-type: none"> . COM; . GTF; . GADL. 	. Coordenar as ações de Combate aos Incêndios Urbanos /Florestais/Acidentes Rodoviários.	. Acompanhamento, coordenação e apoio logístico de todos os meios envolvidos nos teatros de operações dos Incêndios Urbanos/Florestais, Acidentes Rodoviários ocorridos no Concelho de Alijó.
	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . GTF; . COM. 	. Esclarecimento sobre o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro que estabelece as medidas e ações a desenvolver no	. Defesa de pessoas e bens, redes secundárias de faixas de gestão de combustível, interpretação do decreto-lei.

		âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.	
	. GTF; . CPE – Eng.º Eduardo Carvalho – AFN.	. Trabalho equipas de sapadores do Distrito de Vila Real, planos e relatórios de atividades.	. Reunião de trabalho.
	. GADL; . GTF; . COM; . IPJ.	. Programa Voluntariado Jovem para as Florestas 2011.	. Acompanhamento dos trabalhos realizados pelo VJF 2011.

Nota: Este documento foi escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico.

Alijó, 22 de Setembro de 2011
O Presidente da Câmara
Dr. José Artur Fontes Cascarejo

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes
Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Inicia a sua intervenção questionando o Sr. Presidente da Câmara, como já tem sido “praxe”, pelo menos da sua parte, colocar sempre esta questão, informando que foi, não com alguma estranheza mas, de facto com muita preocupação que no dia 28 de Agosto de 2011, numa das manchetes de um jornal nacional, o “Jornal de Notícias”, trazia que 24 Câmaras já estão falidas, era assim o título. E qual o seu espanto, pois já era do seu conhecimento que a Câmara de Alijó estaria financeiramente muito mal, mas não sabia que estaria talvez ao ponto de fazer parte de uma bolinha das câmaras à beira da ruptura financeira que apareceram nesse jornal relativamente à dívida. Alijó, de facto é uma das Câmaras que está inserida dentro dessas 24 câmaras que se dizem à beira da ruptura financeira, e segundo sabe, por aquele jornal, foi a Direcção Geral das Autarquias Locais, a DGAL, que forneceu esses números ao mesmo jornal. Considera ser de facto preocupante, e no seguimento dessa própria notícia, questiona uma vez mais ao Sr. Presidente da Câmara, qual o valor total da dívida da Câmara Municipal de Alijó nesse momento, no dia 30 de Setembro de 2011. Relativamente à Exposição

do Sr. Presidente da Câmara, feliz ou infelizmente no ponto onde vêm menos números, porque depois nas outras actividades culturais e desportivas, os números são muito abundantes, mas sobretudo na primeira parte, considera a informação muito escassa, relativamente à situação financeira da Autarquia. A exposição informa que até à data presente a Câmara Municipal tem uma dívida a fornecedores no montante de 7.307.058,03€. Acrescenta ainda que no último paragrafo deste ponto pode ler-se que “A dívida a entidades financeiras, resultantes de acordos de pagamento entre o Município e os empreiteiros, provenientes de acordos de factoring celebrados pelos empreiteiros está a ser paga mensalmente de acordo com os planos de pagamento.” questionando qual é o total desse valor. Mais pergunta, porque tem sido uma preocupação e tem sido alertado por diversas pessoas, relativamente à estrada Alijó – Castedo, sobretudo na localidade da Granja, que está bastante danificada, muito degradada, com buracos, alguns bastantes fundos, para quando estaria pronta essa estrada, principalmente a parte da Granja. Informa ainda que foi alertado, não sabendo se é do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara, sobre a estrada de Soutelinho, freguesia de Favaios, até à ponte da Ribeira, que também tem pontos bastante perigosos, e uma vez que é uma estrada muito utilizada por pessoas não só do concelho de Alijó, mas também de outros concelhos, pois faz uma das ligações Alijó – Sabrosa, pergunta ao Sr. Presidente quando estará pronta, principalmente agora, que decorre o tempo de vindimas. -----

-----**MEMBRO MIGUEL CARTÁGENO:** No seu primeiro ponto informa que a ETAR de Alijó não está a funcionar, é um cheiro impragável até S. Mamede, a ETAR de S. Mamede não está a funcionar é um cheiro impragável, a povoação está a conspirar e com toda a razão. O ribeiro de S. Mamede está impragável, e se continua assim, o próprio vai fazer queixa ou alertar, o Ministério do Ambiente, porque tem conhecimento, uma vez que tem prédios ao lado, pois o ribeiro está insustentável. É agricultor e sabe que agora há as adegas, mas nessa qualidade todos os pesticidas são encaminhados para a reciclagem e não tem culpa que as adegas ou seja qualquer outra instituição, faça discriminadamente despejos conforme está a fazer. Queria com isto alertar o Sr. Presidente da Câmara, pois é muito importante e gastou-se tanto dinheiro com a ETAR e a mesma não funciona. Segundo ponto, vai para uma caixa, que não entende o que se passa com ela, que se encontra no fundo da recta do Intermarché, que está sempre a estoirar. Esteve neste fim-de-semana, ou no fim-de-semana passado a caixa rebentada, os serviços camarários foram lá consertá-la depois do fim-de-semana, mas durante o fim-de-semana puseram lá, pura e

simplesmente, uns ferros sem qualquer sinalização, é descabível os serviços da Câmara não colocarem um sinal, questionando se a Câmara não tem sinalização, pois aquilo estava um perigo iminente, por acaso não morreu lá ninguém, mas poderia morrer. Considera que as coisas têm que se prevenir, não é chegar ali e colocar uma barreira daquelas do povo e nem um sinal nem nada, dizendo que é uma vergonha e pergunta ao Sr. Presidente se não há dinheiro para isso e disse que é preciso pôr os serviços da Câmara a funcionar. Acrescenta que passava ali todos os dias, e até andava com uma carrinha grande, e só pedia para não encontrar ninguém de frente. Mais disse que as coisas têm que se responsabilizar, que o responsável da Câmara por esses serviços tem que ser responsabilizado, porque senão assim não há nada a fazer. Terceiro e último ponto, as lixeiras, os contentores das lixeiras. Disse que antigamente aplicavam as lixeiras nos sítios onde estão agora os contentores, mas que agora piorou, pois é em doses industriais, considera ser uma vergonha e que se deviam juntar todos e resolver. Mais disse que nas outras autarquias existe um ecoponto, com um cais, onde as pessoas despejam directamente. Sugere que a zona industrial faça isso, pois o dinheiro que a Câmara está a gastar durante tantos meses com as outras empresas, que façam um leasing, que façam o que quiserem, mas que coloquem um ecoponto para as pessoas poderem ir lá depositar, pois considera uma vergonha, o próprio sente-se envergonhado. Vai a Favaios, e na Granja é outra vergonha. Sugere que se traga o assunto à Assembleia para poderem discutir todos e resolver a situação. Acrescenta que há uns dias viu um indivíduo a despejar entulho de construção civil, telefonou ao Sr. Presidente de Junta e disse-lhe para este fazer queixa pois o próprio se oferecia como testemunha uma vez que o viu, inclusive acenou-lhe e o indivíduo mandou-o logo para o outro lado. Mais disse que não era preciso dinheiro, mas sim força de vontade e orientação. Para terminar disse que quando foi feito o regulamento da água, o próprio chamou à atenção do que se passava com a água, pois considera que foi mais fácil subir a água em 100% ou 200% do que resolver o problema, mas este está por resolver. Os inúmeros contadores continuam a passar a água sem pagar, a água continua a ser debitada discriminadamente, derramada pelo concelho fora a pergunta o que a Câmara está a fazer em prol dessa situação, porque assim o consumidor vai ter que continuar a pagar a água, e foi mais fácil chegar a uma reunião e dizer para aumentar a água em 100 ou 200% e o Zeca do povo paga e não se resolve a situação. Mais disse que em S. Mamede são aos milhões em hectolitros, e dirigindo-se ao Sr. Presidente de Junta disse-lhe, antes que se antecipe à resposta que, a água do Malhó não pode ir directamente para o tanque, pois o mesmo paga água tratada e não água de nascente qualquer, tem

que se resolver essa situação e depois o consumidor que pague, agora ter que pagar sem se resolver a situação não pode ser.

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** Informa que com o reordenamento da rede escolar, e com a actividade do novo Centro Escolar, várias escolas do 1.º ciclo ficaram desactivadas, face a essa situação, pergunta ao Sr. Presidente, que estudos a Câmara já fez para transformar as escolas primárias encerradas em projectos úteis às populações, dado que algumas delas foram projectadas e edificadas por pessoas das freguesias abrangidas por este encerramento.

-----**MEMBRO JOÃO VILELA:** Começa por lamentar a decisão de encerrar a escola do Castedo, quanto a si sem um motivo óbvio, dado que o acordo que foi assinado entre Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios, diz claramente no ponto 2 que os municípios colaboram com as direcções regionais da educação no sentido de analisar as situações de escolas do 1.º ciclo com uma dimensão inferior a 21 alunos, procurando encontrar soluções a nível de reorganização da rede escolar de modo a enquadrar esses alunos nas escolas com melhores condições de ensino e de aprendizagem. Disse que não era o que acontecia no Castedo, pois tinha mais de 21 alunos, não se justificava neste momento esse encerramento, poder-se-ia justificar talvez daqui a alguns anos, mas não neste momento. Acrescenta que também não encontra justificação, de porquê os pais não terem tido uma informação, de alguém a explicar-lhes os motivos, ou pelo menos a explicar qual seriam os procedimentos das mudanças dos alunos da escola do Castedo para o pólo escolar em Alijó. A este nível e a propósito dessa situação e dado que a escola foi reformulada, ou sofreu obras de melhoramentos em 2005, prometendo não se alongar, lê um pequeno texto que é ilustrativo e que não foi assim há tanto tempo, uma notícia que saiu no Jornal de Notícias do Douro, em 29/04/2005 que tem como título “Apesar do frio e do tempo chuvoso ninguém estava triste na freguesia de Castedo, concelho de Alijó” tem como título “Remodelação da Escola do Castedo deixa todos contentes”, “Apesar do frio e do tempo chuvoso ninguém estava triste a escola com cara nova e com valências para tornar a aprendizagem um acto ainda mais agradável. Assim no passado 20 de Abril, os 30 alunos de uma freguesia de aproximadamente 500 pessoas, juntamente com as suas professoras prepararam uma pequena festa para tão importante acontecimento. Os jovens agradeceram pessoalmente ao Presidente da Câmara e ao restante Executivo Camarário, assim como ao Presidente de Junta daquela aldeia por todo o empenho e boa vontade para a realização daquela obra. Por seu lado o Presidente da Autarquia alijoense reconheceu que sem o forte desejo de toda a comunidade do Castedo e também do

grande número de crianças existentes não seria possível investir tantos recursos humanos e financeiros do Município para financiar estas obras de beneficiação”. Acrescenta ainda que o reconhecimento do Sr. Presidente da Câmara a este nível é notório, dado que 2 anos após esta situação foi apresentado em carta educativa o encerramento da escola do Castedo. Questiona tendo a escola todas as condições e tendo número suficiente de alunos, porque razão a escola foi encerrada. Parece-lhe pertinente haver uma justificação séria e principalmente que alguém dê a cara para explicar isso às pessoas, aos pais, aos alunos, mas também à freguesia. Ainda a nível do Castedo, coloca ainda outra questão, parece-lhe que a freguesia está de alguma forma totalmente abandonada da parte dos serviços camarários, não sabendo a razão e dando o exemplo claro que há uns tempos esteve uma tampa de saneamento partida durante mais de 1 mês e que foi substituída pela Junta de Freguesia. Essa competência é clara e exclusiva da Câmara Municipal, mas como esta situação há várias, aliás convidava o Sr. Presidente da Câmara a deslocar-se ao Castedo para ver o estado lastimável em que a freguesia se encontra. Mais disse que o Sr. Presidente da Câmara sabe tão bem como o próprio que os recursos financeiros da junta de freguesia do Castedo são limitados, assim como outras certamente, mas pelo menos cuidados mínimos, era de bom-tom. Atreve-se a dizer que existe vida para além do Bairro do Sol.

-----**MEMBRO ANTÓNIO TAVEIRA:** Faz um reparo dizendo que o membro Miguel Cartageno se enganou, quando referiu Intermarché quereria dizer Minipreço. Mas que tudo que o mesmo referiu é verdade. Durante 3 dias houve de facto um perigo onde poderia ter morrido alguém, por falta de sinalização. Relativamente à água do Malhó, existe lá um aparelho que se chama doseador de cloro para tratamento da água, tem razão que a água também sabe a cloro, esta tratada, bem ou mal o próprio não sabe, julga que as análises periódicas têm vindo sempre positivas, caso contrário a Câmara já teria tomado alguma decisão em relação a isso. Agradece, como membro da comissão de festas, ao Sr. Presidente da Câmara o apoio logístico que tiveram da Câmara, nas festas da freguesia, nomeadamente no empréstimo dos palcos, dos stands e cadeiras provenientes do auditório. Mais disse que vai falar de um assunto, também para dar conhecimento ao Sr. Presidente da Câmara e à bancada do PSD/CDS, tendo pena não estar presente nenhum vereador, que respeita à banda de música de S. Mamede e que também tem a ver com o próprio fecho da escola. Disse que ficou triste pelo fecho, compreende, pois já não tinham os 20 alunos tal como a lei diz, mas houve o cuidado da parte da junta de dar um fim digno aquela escola, pois foram rápidos e eficientes, na próxima semana as obras estarão concluídas, o que quer

dizer que dentro de 15 dias, no máximo, deram um fim digno à escola e arranjam um espaço digno que a banda de música merece, estando também a Câmara de parabéns. Mais disse que concorda com o que foi dito pelo membro Miguel Cartageno no que respeita ao ambiente. Disse que era positivo entre a Câmara, as juntas e os membros da Assembleia arranjam uma solução para esse problema. Acredita no projecto apresentado pela Câmara desde há 18 anos e já era Presidente da Junta, em que a seguir à agricultura o turismo seria o segundo pólo económico do concelho e da região, e com o que se tem andado a fazer ao ambiente, qualquer dia não vem cá ninguém. Considera ser duplamente penalizador quer para o concelho quer para a própria Câmara no seguinte: a Câmara está a pagar taxas às Águas de Trás-os-Montes para tratamento das águas residuais, está a pagar taxas à empresa que retira os lixos, que julga não ser assim tão pouco. Ora o que acontece é que as adegas descarregam e as pessoas de S. Mamede estão indignadas com aquilo que está a acontecer. A Junta teve cuidado, bem como a Câmara que está de parabéns, por um dos espaços mais bonitos que tem o concelho de Alijó, acrescentando que hoje não se consegue lá estar por causa do cheiro, um cheiro nauseabundo que passa no ribeiro. Disse ainda que existem os monstros à entrada das freguesias, tudo acontecendo por causa de uma má gestão da parte da exploração daqueles ecopontos, visto que nas pessoas, não em todas, o civismo também é pouco, porque tal como o membro Miguel Cartageno disse, há uns dias, o próprio até se encontrava doente, de cama, quando aquele lhe ligou, os pequenos empreiteiros chegam lá e em vez de descarregarem para os contentores, apesar de não serem para resíduos de obras, descarregam para o chão. Depois os senhores do ferro velho chegam, descarregam a porcaria para fora para tirarem os resíduos. Teria que haver uma fiscalização, uma por parte da GNR, que não devia andar só por aí a autuar quem anda sem cinto, e algumas vezes em trabalho, julga que têm outras competências e podem fazê-lo e se calhar outra por parte dos serviços da Câmara em tudo que fosse possível fiscalizar neste processo, agora, acontecer o que está a acontecer acha inadmissível. Acerca de 2 anos colocou este problema, julgando ter sido mal interpretado por parte de alguns colegas seus. A Junta de S. Mamede não é contra a agricultura, pelo contrário, porque se orgulha que são das poucas juntas que se calhar mais têm feito pela agricultura, dando o exemplo dos caminhos, pois ainda hoje, apesar dos poucos recursos económicos, teve o cuidado de mandar limpar e dar um pequeno arranjo a todos os caminhos, principalmente os mais importantes que dizem respeito às vindimas. A Junta de S. Mamede não é contra a agricultura até porque o problema do Douro e da vinha não está nos lavradores, nem está nas adegas, está sim em quem

realmente consegue vender o produto. Disse ainda que as adegas têm obrigações a cumprir e leis, como não as cumprem terão que ser os presentes a fazer que isso aconteça. Acrescenta que chamar as autoridades não adianta, pois na sexta-feira passada esteve uma brigada do SEPNA, brigada do ambiente, da Régua estiveram em S. Mamede e lhe disseram que iriam fazer o quê? Fechar a adega de Alijó? Disse ainda que se dependesse de si é obvio que não seria louco para mandar fechar a adega de Alijó, porque será mais importante a laboração da adega do que o que está a acontecer, teria era que providenciar que isso não voltasse a acontecer.

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Começa dizendo que é verdade que os problemas são muitos, mas muitos deles também não são da vossa responsabilidade, e como ouviu expressões que só se olha a pagar, pagar, pagar, deve ser uma expressão que entrou agora na moda com o novo governo, porque até agora não havia outra coisa senão pagar, pagar, pagar, e ainda agora recentemente as taxas moderadoras. No que respeita à questão dos contentores é um facto que existe aí um problema, mas também, e julga ser do conhecimento de todos, que havia um concurso que a empresa não ganhou, e quando assim é entra-se um pouco no desleixo, mas considera que o importante a ressaltar é que se está a fazer alguma coisa. Segundo conhecimento que tem, a próxima empresa vai prestar o mesmo serviço mais barato, o que quer dizer que se está atento a este problema. Referindo-se novamente aos contentores e a às lixeiras que continuam a proliferar, é verdade que só acontece porque todos são responsáveis, inclusive o próprio. Acrescenta que tenta contribuir com a sua cota parte, pois as primeiras lixeiras que começaram a aparecer foi na zona da Anta da Fonte Coberta e o próprio fez algumas vezes as pessoas voltarem a carregar o lixo. Não quer com isto dizer que se julga mais valente que os outros, pois alguns ainda começaram a ranger os dentes, mas disse-lhes que tinham uma escolha pois já tinha a matrícula da carrinha e ligaria ao ambiente, e saberiam quanto lhes ia custar. O problema é que nem sempre se está com disposição para se incomodar. Acrescenta que em alguns casos será mais fácil ligar ao Presidente de Junta, mas deveriam ser todos a tratar desse problema. No que respeita às Águas de Trás-os-Montes, considera que também é verdade ser consequência deles que se está a pagar a água mais cara, mas é da sua responsabilidade a questão do ambiente, por exemplo ainda não existe uma cobertura total, longe disso, do saneamento, como é o caso de na freguesia de Vila Chã, localidade de Chã, que por acaso é a zona mais poluidora, ainda não tem saneamento. Acrescenta ainda que gostaria que houvesse uma pressão maior sobre essa gente para que eles não se lembrem só de subir a água, mas também cumprir com a cota parte de responsabilidade que têm

com o ambiente, e foi para isso que essa empresa foi criada. Nem tudo é mau nem tudo é bom, tudo é o que se quer, dizendo que há coisas boas também. -----

Este Executivo, o Sr. Presidente da Câmara, que cedeu os autocarros para uma reunião que houve na Régua na defesa dos interesses dos agricultores, sendo sinónimo de que está atento a todos estes problemas. Na parte que o toca agradece ao Sr. Presidente da Câmara, pois devem ir sempre de encontro às necessidades das populações. Considera outro empenho do Sr. Presidente da Câmara, e todos sabem, pois em quase todas as Assembleias, se referia ao acesso no IC5, ou seja, existem 7 km entre o Alto do Pópulo e a Anta da Fonte Coberta em que não havia um acesso. Bateu-se desde a 1.ª hora, dizendo que nunca desistiria, que naquele percurso, entre Ribalonga e Cal de Bois deveria haver um acesso, porque uma estrada sem acessos não serve as povoações por onde passa. Segundo tem conhecimento, e espera que o Sr. Presidente o esclareça, parece já estar agendada uma reunião para irem então tentar resolver esse problema, se assim for dá os parabéns ao Sr. Presidente, bem como os seus agradecimentos, porque se considera um lutador para esse bem das pessoas do norte do concelho. Questiona ainda o Sr. Presidente sobre a situação dos sapadores, dizendo que, a ZIF de Alijó norte, desde o primeiro momento que soube que a Câmara não teria condições, porque não poderia renovar os contratos, se prontificou a aceitar, dinamizar e rentabilizar essa equipa de sapadores. Disse ainda que é verdade que não se dá um pontapé numa pedra e as coisas aparecem, mas pode dizer e garantir que até ao fim do ano, pensam em começar a fazer aceiros, limpezas à volta dos caminhos e se calhar continuarão com pontos de água. Acrescenta que isto só se faz com vontade, com querer, com dinheiro e com condições. Uma das grandes condições para satisfazer essa necessidade seria a equipa de sapadores. Sabe ainda que o Sr. Presidente da Câmara se tem empenhado no sentido de que seja aprovada uma candidatura já efectuada por esta instituição a uma equipa de sapadores, tem-se esforçado, é verdade, que ainda não conseguiu. Acrescenta que continua a acreditar no futuro da ZIF e doutras ZIF's que se venham a criar e dessa forma contribuir-se-á para o ambiente e também para se embelezar a parte norte do concelho porque é uma zona linda e entende que o concelho só tem futuro se caminhar a uma só velocidade, o norte com o sul, o nascente com o poente, mas todos juntos. Disse ainda que gostaria de apresentar uma moção que vai no interesse do concelho de Alijó, porque está convencido que de carro alugado ou próprio não há ninguém que não vá passar na A4 e por consequente também na A24. Assim sendo seria de todo interessante que a Assembleia Municipal, à semelhança de outras moções apresentadas na Assembleia, aprovasse a moção que propõe, de

forma a fazê-la chegar, com o maior peso e cunho pessoal dos interesses deste concelho, ao Senhor Presidente da República, Senhor Primeiro Ministro e Assembleia da República. O teor da moção é o seguinte:”

MOÇÃO

CONTRA O PAGAMENTO DE PORTAGENS NA A24 E A4

Considerando que a concretização desta medida configuraria uma profunda injustiça, dificultando as já complicadas condições de vida de largas franjas da população, e agravaria, ainda mais, os indicadores socioeconómicos que, na nossa região, é inferior à media nacional;

Considerando que a introdução de portagens na A24 e A4, **agravariam ainda mais as assimetrias regionais e a desertificação, e aumentariam o número de falências e consequentemente o numero de desempregados no concelho e em toda a região;**

Considerando que a crise económica e social se tem traduzido no encerramento de serviços públicos com redução da prestação das funções sociais do estado no nosso concelho e em toda a região, na desvalorização dos vários modelos de agricultura familiar, contribuindo para uma maior desintegração e aumento da desertificação dos meios rurais, e levou, nos últimos 3 anos, ao encerramento de cerca de 6.000 empresas;

Considerando que o poder de compra por habitante é de 68,4% da média nacional, e que 12 dos 14 concelhos do distrito estão mesmo abaixo dos 55%;

Considerando que o distrito regista hoje mais de 12 mil desempregados, que o desemprego tem crescido à média de 7% nos últimos 3 anos, e que apenas 44% do total de desempregados inscritos nos centros de emprego do distrito estão a receber prestações de desemprego;

Considerando que o distrito de Vila Real pertence à zona do país em que há mais trabalhadores a receber o salário mínimo nacional (17,9%), quando a média nacional é de 9,5%;

Considerando que as estradas alternativas a estas vias rodoviárias estruturantes, são manifestamente desadequadas como vias inter-regionais, encontram-se num permanente estado de degradação e, em boa parte do seu percurso, são apenas ruas de diversas localidades.

A Assembleia Municipal de Alijó, reunida a 30 de Setembro de 2011, delibera (decide):

- 1- Expressar o seu absoluto desacordo com a introdução de portagens na A24 e A4;**
- 2- Manifestar ao governo o seu desagrado caso este entenda levar por diante tal medida, apelando para que recue na decisão;**

3- Manifestar às populações afectadas a sua profunda solidariedade e com estas desenvolver as formas de luta adequadas de modo a impedir que as medidas em causa sejam implementadas;

4- Tornar público o conteúdo desta moção e remetê-la aos órgãos de tutela. Senhor Presidente da República, Assembleia da República e Senhor Primeiro Ministro”

-----**MEMBRO MARCO RODRIGUES:** Começa por agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e a todo o Executivo Camarário por uma prenda dada à uns meses atrás, que foi a vinda do ex Primeiro Ministro à freguesia do Castedo no lançamento da construção da barragem do Tua, agradece o bónus. Agradece ainda pelo fecho do centro de saúde do Castedo, que a Câmara Municipal não tem intervenção directa, mas também nada fez para que essa situação se revertesse, pelo menos já o perguntou várias vezes e a Câmara nada fez e agradece ainda pelo fecho da escola. Disse que a freguesia do Castedo, neste mandato, está de luto, tem muito a agradecer a este Executivo Camarário, levando tudo num sentido mais irónico, mas a verdade é que fechou a escola, a responsabilidade é da Câmara Municipal, pela carta educativa, o número de alunos está acima do previsto na lei, foi investido dinheiro nas obras há relativamente pouco tempo e mesmo assim a verdade é que foi fechada a escola, ninguém diz nada, ninguém faz nada e ninguém assume responsabilidades junto da população. Questiona o Sr. Presidente da Câmara ou o Sr. Presidente da Junta de Vila Chã, porque é o representante dos presidentes de junta na pasta do PDM, como é que este se encontra. Porque anda para sair mas parece que vem naqueles comboios a carvão e não sai. As pessoas têm-no questionado, principalmente na freguesia do Castedo, sobre essa situação, e o próprio acaba por ficar um pouco à nora, porque de facto não tem essa informação. Acrescenta que caso o Sr. Presidente não consiga responder, agradece que o faça o Sr. Presidente da Junta de Vila Chã. -----

-----**MEMBRO FILIPE MACEDO:** Questiona o Sr. Presidente, na data, 30 de Setembro de 2011, qual a taxa de execução de transferências para as Juntas de Freguesia, se está dentro do normal, abaixo ou acima. -----

-----**MEMBRO DOMINGOS HENRIQUES:** Informa que a sua intervenção vai no sentido, e tendo esperado que a oposição desse os parabéns aos Sr. Presidente da Câmara, pela inauguração do pólo escolar de Alijó, cabe-lhe fazer esse agradecimento. Acrescentou que o concelho de Alijó está honrado e está de parabéns. Disse ainda que quem está especialmente de parabéns são as crianças do concelho de Alijó. Mais disse que aproveita a oportunidade para apresentar o seu

lamento sobre o que se passou no dia da inauguração em que uns comemoraram o fecho da escola no Castedo e outros comemoram a inauguração do pólo escolar de Alijó, isto é, no dia houve uma manifestação pelo fecho da escola do Castedo e quer também frisar que ninguém gosta que se fechem as suas instituições, pois elas já são tão poucas e a fecharem desta maneira é de facto chato e complicado sobretudo para os Presidentes das Juntas. Acrescenta ainda que o seu colega, Presidente da Junta do Castedo tem alguma razão, porque de facto por este caminho não se sabe onde se vai parar e o que se vai ter nas respectivas freguesias. Mais disse que seria bom que se não tivesse a memória curta, a carta educativa, e agradece que alguém o corrija se tiver enganado, foi aprovada acerca de 4 ou 5 anos e previa precisamente isso. Previa que entre 2010, 2012/2013, que as escolas de Carlão, Castedo, Vila Verde iam fechar. Também aconteceu consigo em Vila Verde, e de facto não gostou que a escola fechasse, mas também tem que se ter em atenção que não são só os próprios que mandam, há superiores aos quais cabe tomar as devidas decisões. Considera que há um paradoxo invocado, e leu isso num jornal, que é o que mais o entristece, é que de facto o Executivo Socialista, como costumam chamar, gastou 150 mil euros na referida escola e depois dizem que o Executivo foi um dos culpados para que a escola fechasse. Considera não ser verdade e disse ter que haver seriedade política. Disse que a escola alega ter alunos suficientes, o que será verdade, porque teriam cerca de 23 ou 24 alunos, a lei estipula mais de 21. Assim sendo considera não se poder imputar a responsabilidade só e apenas à Câmara, mas sim ao Ministério da Educação, porque esse foi o grande causador, não só de agora, pois já estava previsto, as escolas do concelho de Alijó fecharem. Julga ter que haver um pouco mais de cuidado em dizer esse tipo de coisas. Parece-lhe contudo que na manifestação no Castedo, foram lá acender o rasilho e depois apagar o fogo em Alijó, ou seja acabaram por evitar que as crianças e os pais das crianças do Castedo viessem assistir à inauguração do pólo, que conheceriam melhor, e ficariam a saber que os seus filhos ficariam melhor instalados. Disse ainda que uma das crianças, quando foi feita a inauguração, chamou a mãe às casas de banho e disse-lhe “mãe até as sanitas são pequeninas como eu”, pedindo para ver a forma como está aquele equipamento do pólo escolar. -----

-----**MEMBRO FERNANDO QUINTAS:** Começa por informar que desde sempre existiu no Amieiro e pensa que na maior parte das localidades do concelho, uma caixa pública, onde as pessoas colocavam a sua correspondência e no dia seguinte a carteira, ou o carteiro, levantava essa correspondência, e por ordem dos CTT essas caixas foram retiradas, pelo menos no Amieiro e noutras localidades de que tem conhecimento. Questiona o que a Câmara poderá esclarecer ou

ajudar nesse sentido, pois a junta não tem funcionário para esperar o dia inteiro que a carteira se desloque ao Amieiro para levantar a correspondência. Já lhe tem acontecido ter consigo cartas 2 ou 3 dias sem as poder enviar. -----

Questiona ainda o Sr. Presidente da Câmara se já está em nome da Câmara o terreno denominado “cabeço da fonte de abicheiros”, que foi adquirido há mais de 20 anos e onde está instalado o reservatório da água, casa da cultura, etc. -----

Informa, e ao mesmo tempo convida, todos os membros e Ex.^a Câmara Municipal para participarem e comparecerem na Mostra de Produtos da Terra, que se realizará no Amieiro, nos dias 10 e 11 de Dezembro, onde terá lugar também a tradicional matança do porco que será distribuído e repasto de todos quantos os visitarem. Seria com agrado e alegria que gostariam de receber todos os deputados que se queiram deslocar ao Amieiro. Informa ainda que têm um sorteio, autorizado pelo Governo Civil, para ajudarem na tarefa, uma vez que não têm dinheiro. Tem consigo as rifas, quem quiser ajudar pode contribuir com um euro. -----

Questiona o Sr. Presidente da Câmara sobre como está o estabelecimento de contactos com o Gabinete de Geologia da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, tendo em vista o agendamento de uma reunião a decorrer no Município de Alijó para avaliação prévia do risco de queda de um muro de pedra bloco granítico, ao que se chama penedo, que assenta num afloramento rochoso localizado na freguesia e localizado perto das áreas habitacionais, com vista ao planeamento de uma intervenção sustentável. Informa que as pessoas se encontram apreensivas, é urgente que medidas sejam tomadas antes do inverno, caso fosse possível, porque apesar de estar assim há muitos anos e nada ter acontecido, nada quer dizer que não venha a acontecer. Porque aquele terreno tinha terra noutros tempos, tem-se desmoronado, já mandou limpar e agora o perigo está mais à vista. -----

Chama ainda a atenção do Sr. Presidente da Câmara para a estrada entre o Franzilhal e Safres, mas principalmente entre Safres e o Amieiro. Como é do conhecimento do Sr. Presidente, pois já tem passado por lá algumas vezes, cada vez está pior, os buracos não se tapam, é muito estreita, e só quem lá circula todos os dias e várias vezes é que sabe o desgaste que dá à viatura de cada um, e a Câmara também o sabe pois tem lá a viatura a transportar os alunos. Questiona o Sr. Presidente como está o projecto que iriam submeter através da Associação de Municípios sobre a obra da estrada, principalmente, entre Safres e Amieiro. -----

Disse ainda que falou com o Sr. Eng.º Jorge, acerca das análises da água da fonte de St.º António,



que lhe disse que não constava do contrato que tinham para análises das águas domiciliárias, mas essa água é a única que está hoje a ser bebida pela população do Amieiro, visto que deste o incêndio de 2010 que arderam os terrenos anexos às nascentes, essa água não se pode beber no Amieiro. As pessoas abastecem-se junto da fonte de St.º António e considera ser urgente que essa água fosse analisada. Disse ainda que contactou a delegação de saúde que o informou que teria que enviar um ofício, mas que teria que ser a Junta apagar essas análises, quer na fonte, quer nos fontanários. -----

Chama ainda à tenção os responsáveis pelo pelouro da agricultura do prejuízo que os javalis têm dado nas vinhas e nas culturas no Amieiro, pois há vinhas completamente vindimadas pelo javali, possui algumas, e como neste ano as vindimas se prolongam pelo mês de Outubro torna-se difícil às pessoas fazer as suas vindimas, pois nem dá para o transporte, porque há valados inteiros que não têm uma uva. -----

Agradece ao Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente ao Sr. Vereador do Pelouro da Cultura pela ajuda que deu na realização da festa do Amieiro, principalmente na montagem do palco que serviu para essas festividades. -----

-----**MEMBRO FILOMENA NOGUEIRA:** Disse ao Sr. Presidente da Câmara que é verdade que o IC5 passa um pouco ao lado da freguesia do Pópulo, mas a freguesia do Pópulo mantém-se lá, naquele lugar bonito e estratégico do concelho, continua a ser a entrada norte do concelho de Alijó e tem a certeza que a sua freguesia vai continuar a fazer parte da lista das Juntas de Freguesia, por isso tem-se que deixar de passar sempre ao lado e ir lá de vez em quando. Disse ainda que compreende que os recursos sejam poucos, há falta de dinheiro, mas existem obras e pequenas coisas nas quais se gasta muito pouco e dignificam muito, referindo-se nomeadamente à limpeza das bermas das estradas municipais, concretamente a estrada municipal de Cal de Bois. A mesma está praticamente intransitável porque de um lado está em eminência de derrocada, como toda a gente sabe, uma vez que já escreveu sobre isso várias vezes ao Executivo, e por outro tem uma berma cujo mato está já em cima do asfalto. Considera que passar uma viatura por outra numa estrada estreita como aquela, porque já foi feita há muitos anos, é uma aventura. Acha que não é necessário muito dinheiro para que isso se faça, mas sim necessária uma gestão de recursos humanos da Câmara e sugere que pelo menos a equipa de cantoneiros que existe na Câmara faça uma ronda, uma vez por ano, pelas estradas municipais e limpe o capim, julga ser básico, elementar, não custa muito e enaltece-os, bem como às pessoas e ao concelho, porque é muito



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

37

Assembleia Municipal de Alijó

agradável passar numa estrada e vê-la transitável. -----

Relativamente ao saneamento básico na sua freguesia foi feito há sensivelmente 20 anos, em Vale de Cunho e Casas da Estrada, nessa altura, tal como agora, os recursos nunca foram muitos, e foi feito o mais importante, o mais fundamental, ficando alguns locais e bairros onde o saneamento básico não chegou. Acontece que, apesar de ter ficado uma ou outra casa sem saneamento básico, agora vão sempre aumentando as habitações nas localidades, significando que existem pequenos pontos onde o saneamento não chegou e considera um elementar direito das populações terem acesso ao saneamento básico, porque por um lado é pago, por outro o ambiente é muito prejudicado se existir uma habitação com pessoas a viver lá e ter uma fossa de saneamento, na chamada tradicional loja, e isso ainda se verifica. Disse que não gostaria de deixar de ser Presidente de Junta sem ver esses pontos resolvidos na sua freguesia. Não pede polivalentes, nem grandes obras porque sabe que não há dinheiro, mas entende que isto seja básico e tem legitimidade para o pedir. -----

Disse ainda, haver uma situação pontual de pavimentação, não pede a substituição da tradicional calçada à portuguesa por paralelo. Como Presidente da Junta já fez algum pavimento em paralelo, porque pôde fazê-lo, mas neste momento não pede. Pede de facto que os pontos de saneamento básico sejam concluídos e pede um bocadinho de pavimento, que nunca foi feito, e onde existem casas com dignidade, até muito bem construídas, pessoas, que no seu entender, têm direito a ter acessos dignos às suas habitações. Acrescenta que estará presente para ajudar e que aliás tem dinheiro na Junta, pois é uma das poucas juntas que não tem dívidas, para ajudar o Sr. Presidente a concretizar estas obras. Acrescenta ainda que já fez obras sem a ajuda do Sr. Presidente neste mandato, não é vaidade mas é verdade. Fez a reconstrução do edifício onde se encontra a Junta de freguesia, que tinha o chão em madeira, as telhas assentes em caibros em madeira. Foi toda reconstruída, com placas de betão, azulejos, portas novas, escadas novas, com a limpeza da cantaria, está tudo feito, não publicitou nos jornais porque acha que não houve necessidade disso, também não fez inauguração porque não o costuma fazer. O Sr. Presidente já a conhece, e é por ser assim que possivelmente junta dinheiro para as obras, porque não faz inaugurações nem diz nos jornais que vai fazer ou que fez. Não considera necessário, uma vez que o faz pelas pessoas da sua junta e elas vêem-no no lugar. Disse ainda que reconstruiu a capela de Cal de Bois, é um facto e não pediu ajuda à Câmara porque tinha dinheiro, agora como não tem, pede. -----

Dá os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pelo pólo escolar, uma excelente obra para a

educação do concelho. -----

Solicita ao Sr. Presidente que não se esqueça da obra da zona industrial do alto do Pópulo, porque considera essa obra uma mais-valia não só para a freguesia do Pópulo, mas também para o concelho de Alijó. Acha que seria uma obra estratégica que o Sr. Presidente poderia deixar, com aquele cruzamento de tanta estrada, que julga que qualquer empresa teria muito gosto em fazer ali a sua residência e isso traria riqueza para o concelho. -----

-----**MEMBRO AMÉLIA BAPTISTA:** Inicia a sua intervenção pedindo a atenção do Sr. Presidente da Câmara para a mini ETAR de Pegarinhos que está a receber as águas residuais, ainda que não esteja concluída, e daí resultar um cheiro nauseabundo numa área. Acrescenta que não sabe pois foi a sua primeira obra, desde a cerca de 16 anos, e questiona se vai ser concluída ou se vai sair da junta sem deixar essa obra concluída. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Inicia a sua intervenção, respondendo à questão levantada pelo Membro Pedro Pimentel, quanto a uma notícia do “Jornal de Notícias” sobre Câmaras falidas ou Câmaras com dificuldades financeiras e relativamente à questão das informações da DGAL e da dívida total da Câmara. Mostra o seu contentamento pelo mesmo ter colocado esta questão porque todos sabem que as notícias dos jornais umas vezes são semi verdadeiras, outras vezes verdadeiras, outras vezes não são e outras vezes são puras manipulações. No caso concreto da referida notícia, esta parte de uma semi verdade, porque de facto foram referidas 24 Câmaras com dificuldades financeiras, esquecendo-se de referir que as quatro Câmaras com mais dívida e com mais dificuldade financeira e portanto, sob esse ponto de vista, muito mais falidas, do que as 24 referidas, são a de Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia e a de Faro (que não está em saneamento financeiro, já esta em desequilíbrio estrutural), e não as referiram, colocando num paragrafozinho no final da notícia dizendo que não referiram essas 4 ou 5, porque essas tinham meios próprios para ultrapassar as suas dificuldades financeiras. Mas se assim é, porque não as utilizaram já ou porque não superam as referidas dificuldades? Em tempo de dificuldades sociais e económicas, quando se tiram continuamente verbas aos Municípios, como aos do interior, que dependem mais de 70% ou 80% das transferências do orçamento geral do Estado para poderem executar as suas competências, que aqui foram suficiente e exaustivamente reivindicadas por todos os Srs. Presidentes de Junta e por todos os Srs. Deputados , não há milagres. Considera ser igual ao modo

como os países do norte da Europa olham para Portugal e para os países do sul da Europa, mandam-nos fazer austeridade e cortar, emprestam a juros elevadíssimos e depois sem crescimento não se consegue ultrapassar as dificuldades. Acrescenta que a dívida da Câmara Municipal de Alijó é a que está na sua informação, a dívida relativa a encargos assumidos, facturados e ainda não pagos a esta data, que são cerca de 7 milhões, pois são as regras da contabilidade geral, estando fora desse valor o serviço da dívida aos bancos. Informa que no preciso momento a dívida total da Câmara Municipal de Alijó, incluindo o serviço da dívida, ronda os 20 milhões de euros. Disse ainda, com toda a sua franqueza que não entende a preocupação com as dívidas das Câmaras quando elas representam 4,7% da dívida pública total e o esquecimento dos restantes 95,3%. Questiona se não se estará a usar uma vez mais o ataque aos Municípios e particularmente às Autarquias do interior para se desviar a atenção das verdadeiras dívidas, dos verdadeiros problemas e sobretudo das dívidas escondidas como acontece no caso da Madeira. Disse ainda que não será por acaso que na notícia referida, as 24 Câmaras em dificuldade financeira estão todas a norte do Mondego, e todas na faixa interior do país, como sabem isso tem a ver com o modelo social e económico que ao longo dos tempos os diferentes Governos promoveram no país um modelo centralista, que já vem do tempo da 1.ª República. Na oposição são todos muito descentralizadores, muito amigos das regiões reprimidas e querem todos suprir as assimetrias regionais mas, depois quando chegam ao poder, deve-lhes dar alguma coisa em Lisboa, esquecem todos esse território do interior por uma razão: porque não têm votos e não precisam desses votos para ganhar eleições. Afirma que não aceita que se atribuam à Câmara Municipal responsabilidades que não lhe competem. As suas responsabilidades assume-as e responde por elas. Não aceita que atribuam à Câmara Municipal responsabilidades que a ela não cabem. -----

No que concerne à estrada Alijó-Granja-Castedo, dá a razão ao exposto, dizendo que também mora nessa estrada, os buracos também estão em frente à sua casa e no trajecto que leva até à sua casa, mas a explicação é muito simples, já o havia dito aos Srs. Vereadores e di-lo também na Assembleia, os empreiteiros não têm dinheiro e os bancos não emprestam aos empreiteiros. Assim, os empreiteiros no concelho de Alijó, bem como no restante país, trabalham da seguinte forma, têm obras com fundos comunitários, vem a tranche, é-lhes paga, fazem mais um pouco da obra, acaba o dinheiro, param a obra, vem nova tranche, recomeçam. Afirma que já o havia dito na Assembleia. A referida obra começou em 2009 e está por concluir. A obra da zona do lazer

começou em 2009 e está por concluir, o Mercado também vem daí, está por concluir. O Sr. Presidente da Junta de Vila Chã não referiu, mas na sua freguesia também tem umas obras por fazer, ainda do final do mandato anterior e estão por concluir, pela mesma razão, falta de dinheiro. Mais disse que antigamente os bancos faziam factoring aos empreiteiros, ou seja o empreiteiro vendia ao banco o contrato com uma autarquia, e este pagava-lhe o valor que iria receber da autarquia e iniciava as obras, pagando depois a autarquia ao banco, através da sessão de créditos. Actualmente este sistema não funciona. Disse ainda que a única excepção foi o pólo escolar, uma vez que o empreiteiro dispunha de outra capacidade financeira e felizmente conseguiu concluir a obra dentro dos prazos. -----

No que concerne à estrada de Soutelinho-Ponte da Ribeira ,à de Safres-Amieiro e a todas as outras do concelho informa que a Câmara utilizando apenas os recursos e meios financeiros próprios não tem capacidade para executar obras desta natureza e com este esforço financeiro. Informa que, ou há candidaturas para executar obras nessas pavimentações financiadas por fundos comunitários ou não poderão ser feitas. -----

No que respeita à estrada Soutelinho-Ponte da Ribeira recorda que não é uma estrada municipal, nem nacional, é um caminho agrícola que a Autarquia aproveitou na altura das intempéries para lhe fazer uma candidatura, alargando-a mais para permitir o acesso dos agricultores às suas propriedades que passam nesse caminho agrícola. Disse que a estrada municipal que liga Alijó a Sabrosa é a estrada que passa em Favaios, Sanfins, Cheires, Ponte da Ribeira e Sabrosa, sobre essa é que a Câmara tem responsabilidades em mantê-la como está. -----

Relativamente à questão do Sr. Membro Miguel Cartageno sobre a ETAR de Alijó e outras ETARs da única e exclusiva responsabilidade, construção, gestão e manutenção, da empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro, dá-lhe a razão e acrescenta que a Câmara já fez sentir a sua insatisfação junto da mesma, e os senhores Presidentes de Junta sabem como tem sido difícil a relação com essa empresa, mas, e conforme já o havia dito numa sessão da Assembleia Municipal, com o governo anterior e com a Associação Nacional de Municípios havia uma proposta para se resolver de vez o problema com as Águas de Trás os Montes e Alto Douro. Essa proposta estava consensualizada com os autarcas de norte a sul do país e com o anterior governo. Mas como a estratégia do actual governo é que a actual empresa pública avance para a privatização, informa a Assembleia que a Comunidade Intermunicipal do Douro e a Comunidade Intermunicipal de Trás os Montes enviaram uma carta à Sr.^a Ministra, manifestando extraordinária preocupação com duas

coisas: com esse processo de privatização, porque acreditam que do mesmo não surja uma diminuição do preço da água, pelo contrário, a própria Sr.^a Ministra já reconheceu em plena Assembleia da República que vai aumentar a água nesse processo de privatização, e porque acreditam que a água deveria ter um preço único a nível do país, pois não aceita que em Alijó, porque é um território de baixa densidade populacional, assim como toda a região de Trás os Montes e Alto Douro, se pague o dobro do que um município do Porto ou de Lisboa. Mas se for privatizada e o regulador não exercer as suas funções como deve ser, não existirá preço único, e provavelmente ainda terá que se pagar mais. Acrescenta que, como muitos outros, é contra a privatização das águas, que é um sector estratégico e vital para qualquer país. -----

No que concerne ao Minipreço, dá razão ao Sr. Membro Miguel Cartageno e informa que vai averiguar o porquê de não ter sido feita a devida sinalização. -----

Relativamente às lixeiras, e a todos os que falaram nelas, bem como nos contentores disse que isso está a acontecer porque a empresa que até agora actuava na Câmara Municipal de Alijó e em todos os Municípios da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, perdeu o concurso para continuar a exercer as funções que exercia até aqui. Acrescenta que na penúltima Assembleia Municipal informou que estava a decorrer o concurso e provavelmente, eles já prevendo que iriam perder, estavam a desleixar-se no cumprimento do contrato que ainda tinham com a Autarquia. A nova empresa, irá fazer exactamente o que a anterior fazia, esperando que melhor ainda, por um preço muitíssimo mais baixo do que aquele que a anterior cobrava. Pede a compreensão de todos no seguinte, a nova empresa que ganhou o concurso a nível da Associação de Municípios vai entrar em funcionamento a partir de 1 de Novembro, a SUMA ainda vai continuar a trabalhar com o Município, uma vez que o contrato tem que ser cumprido, no mês de Outubro, assim durante o corrente mês os tais contentores espalhados pelo concelho vão desaparecer, essa situação deixa de existir, e a empresa que ganhou está a estudar juntamente com a Câmara, uma alternativa a esse sistema que tem vigorado, que também não foi eficaz pela falta de civismo das pessoas. Acrescenta que não acredita que até ao final do ano tudo fique perfeito, uma vez que a empresa é nova e ainda terão que articular alguns pontos. Mais informa que recebeu a empresa no dia anterior e esta a ser programada uma reunião com todos os Srs. Presidentes de Junta, a fim de trocarem contactos e aumentar a proximidade entre todos nesta matéria, pois muitas vezes a Câmara não consegue responder às situações com a celeridade que gostaria, e os Srs. Presidentes



de Junta estão mais perto das populações e com certeza poderão fazê-lo mais rápido e eficientemente. -----

Relativamente à rede escolar, e dirigindo-se a todos aqueles que a referiram, quer no encerramento de escolas, quer pela felicitação do novo centro, e fala sem demagogia e com a verdade, no espaço e no tempo, pois não pode falar agora numa coisa que se passou há 5 anos, uma vez que o contexto de há 5 anos não é o mesmo de actualmente. Dá o exemplo da Câmara Municipal que nas transferências do Orçamento Geral do Estado e em termos de impostos directos e indirectos, está a regressar a verbas de 2000 e 2001. Reaviva a memória dos que estão presentes de que o responsável e quem iniciou o processo de reestruturação da rede escolar foi o governo central com suporte numa Lei de Bases do Sistema Educativo, do tempo do governo central (PSD/PS). Dentro desta, as Autarquias eram obrigadas a fazer uma carta educativa que tinha como pressupostos duas coisas: a realidade actual e um estudo de evolução demográfica em cada concelho. No caso concreto da Câmara Municipal de Alijó, esse estudo foi feito por técnicos da UTAD – Universidade de Trás os Montes e Alto Douro. Na sequência desse estudo o primeiro cenário, para a rede de educação escolar do concelho, eram dois pólos, um em Alijó e outro no Pinhão. O resultado dessa análise científica e técnica com base nos pressupostos da lei eram dois pólos. A Câmara contra argumentou e conseguiu, com esse estudo junto da Direcção Regional de Educação e Ministério e também junto do Gabinete do Planeamento, passar de dois para seis (são as cinco vilas mais Pegarinhos). O argumento utilizado foi a distância e a dispersão do concelho, e a distância dessas escolas relativamente à escola sede, que possibilitou passar de dois para seis. Mas esses seis, se não tiverem o número de alunos suficientes, em termos de evolução demográfica também fecham. Ao contrario do que se sem dito e ao contrario da muita demagogia e da politiquice baixa que se tem feito em torno desta matéria, que o próprio tem ignorado pois a sua preocupação não é essa e nem tem tempo para isso, tem sim tempo para tentar resolver os problemas reais que surgem no dia-a-dia. Afirma que a realidade é esta e que foi isto que se passou no concelho de Alijó. Mais disse que a escola do Castedo estava, desde a 1.ª hora, e desde o tempo da 1.ª elaboração da carta educativa, para fechar. No que concerne à questão levantada pelo Membro João Vilela, sobre o porquê da Autarquia gastar, em 2005, verbas nas obras de recuperação da uma escola que estava prevista fechar, explica que isso foi feito por dois motivos, o primeiro porque mesmo que as escolas fechem acha que a Câmara tem a responsabilidade e obrigação de preservar esse património para poder reafectar a outros fins, educação ou não, o

segundo porque quando foi feita a recuperação obviamente não estava ainda decidida essa questão da carta educativa. Acrescenta ainda que essa recuperação, se assim entenderem, permite alojar, na ex escola do 1.º ciclo, os jovens dos jardins-de-infância do Castedo, que estavam em péssimas condições, e que ficam agora em óptimas condições, com a recuperação dessa escola, que foi feita em tempo útil. Mais disse que se não fosse assim, em conjunto com a Junta e com as forças locais, que é sempre assim que gosta de trabalhar, com certeza que se afectariam a outras funções, igualmente nobres. Dá o exemplo da ex escola de Carlão que é agora a sede da banda de música, bem como a ex escola de S. Mamede. Disse que todos irão fazer, em conselho de educação e em conjunto com as juntas, o que entenderem com esses edifícios. Salaria que não foi a Câmara nem o Presidente da Câmara que aprovou essa lei, a responsabilidade do reordenamento da educação, bem como da saúde, ou qualquer outro serviço, é da administração Central e não da Administração Local. Do ponto de vista prático, o fecho dessas escolas é penalizante para os cofres da Câmara, pois não existe benefício directo nessa matéria. Refere que o Sr. Ministro da Educação, quando tomou posse, disse que iriam reavaliar a questão do reordenamento, o que fez com que as pessoas pensassem que não iriam fechar tantas escolas, mas pelo contrário, fecharam as que já estavam previstas e outras mais. Informa que se não comunicaram nada às Juntas, à Câmara também não, nem aos sindicatos. E quando os sindicatos tomaram conhecimento que em vez do fecho das cerca de 600 escolas, fecharam mais 100 ou 200 ficaram surpresos ao contrário de si, pois aquando da intervenção do Sr. Ministro, e conhecendo o estado actual do país, entendeu que seria para fechar mais e não menos. Convida, todos aqueles que estão de mente aberta, e abertos sobretudo ao progresso e ao interesse dos alunos, para que tenham igualdade de oportunidades no sucesso e no progresso no plano educativo, para visitarem as condições que têm no centro escolar. Questiona todos os presentes qual a escola que fechou que se encontra mais distante do centro escolar, se será Castedo, S. Mamede ou Granja. Responde dizendo que é Vila Verde, e que nem essa foi possível salvar, em termos de argumento de distância. Acrescenta que é escusado estarem todos com a ideia que se está num País de ricos com bolsa de pobres. O País gastou mais do que aquilo que produzia e agora fará um reajustamento bruto, não existindo outra solução. Frisa que não aceita que o responsabilizem, ou à Câmara por isso. Relativamente à questão levantada pelo Membro Rogério Lima, sobre o que fazer às escolas inactivadas pelo fecho, disse que o que há a fazer é o que tem vindo a ser feito, nuns casos adaptar para bandas de música, noutros sediar jardins-de-infância, e outros ainda para outros fins em função, também, daquilo que for o desejo



das populações locais e das condições dos próprios edifícios. Acrescenta que será sempre feito, em diálogo com todos, cabendo a decisão final à Câmara. Poderá haver eventualmente, numa ou noutra situação, um vazio. Por exemplo, na escola do Amieiro estão a ponderar criar um museu. Disse que se houver alguma, onde não se vislumbre um fim útil para a mesma, poderá ser feita, como alguns colegas já o estão a fazer, venda em hasta pública. -----

Relativamente às taxas de execução das transferências para as juntas disse que as taxas de execução estão a acompanhar o calendário do ano, ou seja, há Juntas com uma taxa de execução muito próxima daquilo que é o seu orçamento final, porque entretanto tinham dívidas, e algumas delas, como foi o caso de Vilarinho de Cotas, dirigiu-se à Câmara com uma penhora, e obviamente foram libertadas as verbas dos duodécimos e praticamente foram libertadas as verbas até ao final do ano para evitar a penhora sobre a Junta. As que não estão nessas circunstâncias estão com pelo menos uma taxa de execução que vai ao 1.º e 2.º trimestre deste ano. No que concerne à Junta de Freguesia do Castedo, que não tem dívidas, também recebeu transferências, para utilizar essas verbas, como a Junta de Freguesia do Pópulo, no que entender relevante. Pois essas verbas são transferidas, e com base no protocolo de transferências genérico de verbas para cada Junta de Freguesia, estas poderem fazer com elas o que bem entenderem, por exemplo limpar caminhos, construir novas pavimentações, pode até oferecer à Câmara a ajuda para auxiliar a fazer alguma obra na freguesia, e agradece à Sr.ª Presidente da Junta do Pópulo essa ajuda. -----

No que respeita a todos os que agradeceram o esforço da Câmara com o apoio logístico para a realização de vários eventos, disse que é obrigação e dever da Câmara, mas sempre que se trabalha em conjunto, tem que se fazer sempre mais com menos, e se assim for feito, utilizando os recursos existentes, poupa-se a parte financeira o que facilita o pagamento de dívidas que surgem bem como as do passado. -----

Relativamente à afirmação do Membro António Taveira sobre o ambiente e adegas, disse que são realmente dois problemas muito graves, um na água e outro no lixo, no entanto estão a tentar resolver ambos. -----

No que toca à intervenção do Membro António Fernandes, referente à reunião com as Estradas de Portugal, sobre o IC5, informa que a mesma foi concedida, mas que relativamente à concretização do pedido tem as suas dúvidas. -----

No que respeita aos sapadores florestais disse que havia um contrato com os sapadores florestais para 5 anos, mas entretanto o governo central, e não a Câmara, resolveu alterar a lei, e passar de 5

para 3 anos, encurtando em 2 anos o tempo do contrato, que terminou em Julho. Automaticamente esses sapadores florestais passaram a usufruir do subsídio de desemprego. A Câmara está a tentar fazer com que eles possam ser requisitados por uma Associação de Bombeiros, neste caso a Associação de Bombeiros de Alijó, para assim poderem continuar a fazer o trabalho que antes faziam, com uma outra figura jurídica, que é a única possível. Assim, e porque já não existem sapadores florestais na Autarquia, é que as estradas municipais estão cheias de ervas, porque essas estradas são da responsabilidade da Câmara, pois era essa equipa que procedia a esse trabalho. Acrescenta que a equipa de sapadores florestais de Sabrosa está a fazer algum desse trabalho no concelho de Alijó, por insistência da Câmara devido à ausência da outra, enquanto não for resolvida a situação dos sapadores florestais de Alijó. -----

Relativamente à votação da moção referente à A24 disse que sempre foi favorável ao princípio da discriminação positiva, conforme já o havia dito com o anterior governo, pois poderão pensar que se opõe agora porque o governo é PSD, mas não. Aliás já haviam aprovado, em Vila Real, por unanimidade uma moção, no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Douro, juntamente com a Comunidade de Trás os Montes, contra o pagamento de portagens na A4 e A24, utilizando o argumento que esta era a ultima região do País a ter estas portagens e que assim, como ajudaram a pagar as outras auto-estradas sem portagens, nomeadamente a auto-estrada da Beira, sem terem um único quilómetro de auto-estrada, teriam que ter, no mínimo, um período de carência de 10 anos para ajudar a ultrapassar o atraso em termos de desenvolvimento social e económico. Afirma que foi essa a postura que adoptou e é a mesma que continua a adoptar e a defender, por uma questão de coerência e de justiça para com a região. -----

No que se refere a intervenção do membro Marco Rodrigues sobre a extensão de saúde, a resposta é a mesma que deu sobre a escola, pois a Câmara não tem responsabilidade sobre as regiões de saúde ou sobre o Ministério da Saúde. -----

Continua no âmbito da saúde e disse que a ARS, aquela que decidiu encerrar a extensão do centro de saúde do Castedo, perguntou, relativamente a Sanfins do Douro e Vilar de Maçada, se a autarquia estava disponível a fazer umas obras de adaptação ou colocar um contentor, e que devido à distância, aquelas extensões se manteriam. A Câmara aceitou, mas até à data de hoje não se conseguiram entender relativamente à situação de Vilar de Maçada e depois de quase dois anos, de ter sido colocado um contentor em Sanfins do Douro, os ilustres jurídicos da ARS informaram agora que teria que ser feita uma suspensão de parte do terreno para se poder utilizar o contentor.

Depois ainda afirmam que a culpa é da Câmara, quando a negligência, inoperância e incompetência é das pessoas que estão nesses lugares. Dois anos à espera de um parecer de um jurídico, depois de a Câmara ter pago tudo, para dizerem que poderiam fazer um protocolo para a ARS Norte poder utilizar esse espaço. -----

No que toca à intervenção do Membro Fernando Quintas, afirma que também ele gostava que existissem os marcos, as caixas de correio, nas populações e áreas territoriais desertificadas do interior do País. Mas a estratégia agora é privatizar, encontrando nisso a resposta mágica para todos os problemas. Disse que nunca foi apologista dessa máxima e não acredita, mas o que é certo é que não vão voltar a colocar essas, e algumas das estações de correios existentes vão desaparecer enquanto espaço público e vão fazer parcerias, ou com as juntas ou com outros privados quaisquer, para poder prestar o serviço de correios. É mais um sector que tem como solução a privatização e nada se pode fazer a não ser mostrar indignação, tal como viu na televisão uma manifestação contra o fecho dos CTT. -----

No que respeita ao registo do terreno em nome da Câmara Municipal do reservatório de água e a Casa da Cultura, está atento ao assunto. Aliás na ordem de trabalhos desta Assembleia irá a votação autorização para o Município celebrar escritura de justificação do prédio onde se encontra implantado o Pavilhão Gimnodesportivo, que já foi construído no tempo do Dr. Aníbal Ferreira, e ainda não está registado. Acrescenta que provavelmente poderá acontecer o mesmo com o referido terreno. Mas caso seja, será tratado o mais breve possível, até porque diminui a dívida da Câmara uma vez que aumenta o património. -----

Relativamente à II Mostra de Produtos da Terra disse que gostou muito da primeira e que, caso não surja algo de força maior que o impeça, estará presente. -----

No que concerne aos estudos de geologia da UTAD sobre o penedo, é do seu conhecimento que os estudos estão a ser feitos mas não sabe o resultado dos mesmos. No entanto no final da reunião sugere que se dirijam aos serviços competentes para verificar o ponto de situação. -----

No que toca à água da fonte de St.º António, afirma que desconhecia a situação, mas que se farão as devidas análises. -----

Disse que, relativamente aos prejuízos causados pelos javalis, já foi dito numa reunião pelo Sr. Vereador com essa competência, Prof. Manuel Adérito Figueira, que a zona de caça municipal tem um regulamento que permite que sempre que um javali cause prejuízo em qualquer produção agrícola, o lesado deve dirigir-se ao Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local deste



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Assembleia Municipal de Alijó

41

Município, e os técnicos desse gabinete, que está sobre a tutela política do Prof. Manuel Adérito Figueira, fazem o levantamento dos prejuízos em concreto, a fim de ser aprovado o pagamento do prejuízo. -----

Relativamente à intervenção da Sr.^a Presidente da Junta do Pópulo disse que no que concerne ao IC5 e à limpeza de bermas das estradas municipais, a mesma tem razão, mas sobre o facto de o IC5 passar ao lado do Pópulo, não é bem assim. Informa que, na situação actual, e porque as acessibilidades ainda não estão totalmente prontas, tem o estaleiro que condiciona a zona industrial intermunicipal do Pópulo. Acrescenta que essa situação não está fora de causa, aliás como constaram aqueles que leram o documento relativamente a outro ponto da ordem de trabalhos, que tem a ver com o pólo de desenvolvimento da giesteira, está descrito que a maior prioridade era essa. Mas com a incerteza dos nós da A4 e do IC5 essa situação ficou em stand by mas não está excluída, muito antes pelo contrário. Acredita que quando esse nó estiver construído e em funcionamento é claro que aquela zona terá outra atractividade, acrescenta que há um empresário que já se dirigiu à actual zona do Freixo para localizar uma outra empresa. Assim o concelho terá essa atractividade, até pela situação geográfica e continuara a ter essas qualidades. --

Relativamente ao ponto sobre gestão de recursos humanos da Câmara, disse que outra das obrigações da troika, para além de cortarem 10% no Orçamento de 2012, mais 10% no Orçamento de 2013, totalizando 20% em 2 anos, se não aceitarem a proposta da Associação Nacional de Municípios que é reduzir isso pelo menos a metade, portanto 5% em cada ano, o cenário será esse, menos 20% até ao final do mandato. Uma das obrigações da troika, e dentro desse memorando, é que todas as Autarquias têm que reduzir pelo menos 2% no seu pessoal, para além de terem que reduzir nas chefias intermédias. Assim, se não se pode contratar pessoal, se inclusive não viabilizam candidaturas dos recursos humanos no âmbito dos POC's e do subsídio de desemprego, como aconteceu este ano, em que quiseram fazer candidaturas para a educação, para apoiar nos transportes e nas refeições dos alunos no novo centro escolar e apoiar os que estão deslocados nas outras escolas, candidatura que foi sempre aprovada e este ano foi reprovada, de 22 recursos humanos em que o estado paga para não fazerem nada. A Câmara disponibilizou-se a rentabilizar esses recursos e foi chumbada. Argumentou conjuntamente com o Sr. Vereador da Educação e vão aguardar, mas se acontecer o mesmo que aconteceu com os sapadores florestais, chumba e portanto a Câmara não tem hipóteses. Os recursos humanos estão idosos, a esmagadora maioria do pessoal externo tem mais de 50 anos, e não lhes é permitido substituí-los por gente nova. Dá o

exemplo também das actividades de enriquecimento curricular (AEC’), dizendo que no dia anterior receberam um ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses a comunicar que aquelas Câmaras que ainda não tinham entregue as AEC’s às escolas, para o fazerem. Felizmente a Câmara de Alijó, já o havia feito, aliás já não o tinham assinado na altura do governo PS por julgar não ser uma proposta que defendesse o interesse local, e as Autarquias que o fizeram estão com graves problemas agora, porque não recebem as verbas e não têm outra alternativa que não seja entregá-las as escolas. A Câmara de Alijó já as entregou, outras estão a fazê-lo agora, porque o Ministro das Finanças não autorizou essa contratação. -----

No que respeita ao saneamento básico disse à Sr.^a Presidente de Junta do Pópulo que também já lhes retiraram o saneamento. Explica que até ao Verão as candidaturas para o saneamento básico eram feitas através do PO Regional, ou seja podiam, através da CIM Douro, candidatarem-se à contratualização para investir na área de saneamento básico. Reaffectaram essas verbas ao POVT – Programa Operacional de Valorização do Território, a nível nacional, e tudo que esteja relacionado com o saneamento tem que ser apresentado a esse programa nacional. Ou seja, centralizaram para controlar melhor. E acredita que o fizeram para convencer a nova empresa privada a ficar com as águas e ser ela a candidatar-se a essas verbas para poder fazer esses investimentos e não acredita que agora possibilitem à Câmara fazê-los. E como não há verba, a Câmara não poderá fazer mais nenhum. -----

Relativamente às pavimentações disse, com toda a alegria que gostou muito de ouvir a proposta da Sr.^a Presidente de junta em ajudar a Câmara com os parques dinheiros que tem economizado, ficou muito satisfeito, e acrescenta que se houver mais algum Presidente de Junta que queira ter essa atitude altruísta própria de quem está na sua recta final e a caminho da glória, aceita de braços abertos essas oferta. -----

No que concerne à mini ETAR de Pegarinhos, informa a Presidente de Junta dessa freguesia que vai averiguar o que se passa. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Em virtude de ter sido abortado na questão da dívida disse que foi a primeira vez que ouviu o S. Presidente da Câmara dizer um valor mais ou menos exacto de quanto a Câmara Municipal deve. Refere que o Sr. Presidente disse que “O País andou a gastar mais do que aquilo que podia gastar.”, concorda com o mesmo, o País andou a esbanjar

dinheiro demais, é uma realidade, sobretudo nos últimos seis anos. O anterior governo colocou a hipótese, além de outras coisas de fazer uma 3.ª auto-estrada Porto-Lisboa. Como pode um País com fracos rendimentos e pobre, que se coloque a possibilidade de fazer obras megalómanas, provavelmente pelos rendimentos serem para outras pessoas ou para alguém. Concorde também com o Sr. Presidente no que respeita à responsabilidade das Câmaras, porque de facto estas não são as grandes responsáveis, o grande responsável foi de facto o governo central, sobretudo nos últimos 6 anos em que houve uma derrapagem enorme nas contas públicas. É evidente que agora na questão da Madeira, o seu governo regional deve ser responsabilizado por obras e dinheiro que andou a gastar, desnecessários. Acha que o grande problema é que alguns governantes que já não estão no poder agora, deveriam ser responsabilizados, como o 1.º Ministro da Islândia que foi a tribunal responder pelo que fez. Outros que se calhar foram para Paris ou para outro lado qualquer e não se vêm culpabilizar pelo que fizeram nos últimos seis anos. Informa o Sr. Presidente que está muito tranquilo em relação à questão e de consciência tranquila porque avisou muitas vezes, assim como alguns colegas, na Assembleia Municipal, que se continuassem com as políticas financeiras que estavam a levar, a Câmara mais tarde ou mais cedo ficaria numa situação falida. Disse que a culpa não é sua nem dos que estão daquele lado, porque não governam a Câmara há mais de 16 anos, mas de facto é preciso ser sério nessas questões. -----

Para terminar e falando da notícia que saiu no JN na questão dos dividendos das outras Câmaras que estão pior, disse que com o mal dos outros pode ele, não é esse o problema. Não lhe interessa se a Câmara de Gaia e a Câmara de Faro devem muito, Câmaras do PSD, se devem muito têm que o pagar, têm que ser responsabilizadas. Disse ainda que tem que ser responsabilizado quem esteve no poder nos últimos 16 anos na Câmara Municipal de Alijó, não se pode dizer de um momento para o outro que é assim. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO TAVEIRA:** Informa que fica satisfeito em ouvir o Sr. Presidente da Câmara dizer que, em relação aos lixos, quando vier a nova empresa haverá uma reunião com todos os Presidentes de Junta, julga ser muito importante, pois os Presidentes de Junta andam no terreno, e o próprio sente-se à vontade para dizer que, pela actividade profissional que tem na Câmara, pensa que poderão ser úteis para resolver esses problemas. Em relação às ETAR's julga também ser importante que se diga, pois os problemas têm que se resolver, quer as das Águas de Trás os Montes, quer as da Câmara não estão preparadas para receber o que sai das adegas e acontece na de S. Mamede, mesmo não havendo adegas existe muita gente a fazer vinho. Aquando

da lavagem dos lagares e das pipas, despejam no saneamento indo para a ETAR. Esta não está preparada para receber isso. Informa que no dia anterior esteve com uma equipa das Águas de Trás os Montes na ETAR de S. Mamede, e também porque é esse o seu trabalho na Autarquia tem o mínimo de conhecimentos sobre a matéria, e disse que as ETAR's não estão preparadas para isso, terá que haver um pré-tratamento por parte das adegas ou por alguém e só depois poderá ser enviada para a rede de saneamento pública. -----

Questiona o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da agência de desenvolvimento para o vale do Rio Tua. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Disse que acha graça a algumas coisas e até a alguma amnésia nalgumas pessoas, porque se lembram que um vai para Paris, mas não se lembram que outros vão para Bruxelas, outros para Cabo Verde, outros para o Brasil, com o que se vê, tudo gente muito séria, e outros até disseram que iam andar por aí. Na sua opinião não fica bem atirarem-se pedras, a situação é a seguinte, no que concerne à Câmara de Alijó, acha que já o disse, mas não concorda mesmo nada, mas aceita as opções, quando se questiona a dívida, quando se levantam suspeitas, quando se aprovam todos os planos anuais. Aliás o que disse o Sr. Presidente da Câmara na Assembleia, foi o que disse no dia anterior na reunião preparatória, acerca de deverem à volta de 20 milhões de euros. Acrescenta que todos sabem e sabiam da dívida, e o próprio também queria obra. O que era mau, era que hoje estariam quase na mesma situação económica, com mais ou menos dívida, mas sem obras, e sem prestar serviço às populações, porque se fosse só a Câmara de Alijó, calar-se-ia, mas estão tantas assim. -----

Responde com toda a franqueza, ao seu colega e amigo, Presidente da Junta do Castedo, dizendo que não vai dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pelo pólo escolar, porque parece que sempre que se concorda com o Sr., Presidente da Câmara ou se lhe se dá um elogio, vêem-se logo sorrisos. Mas não se importa, tomara o próprio dar mais elogios a Sr. Presidente da Câmara, pois era mais um sinal de que se empenhava a resolver os problemas, porque quando não os tem, não lhos dá. Disse ainda que foi à inauguração do pólo escolar e também acha que o colega tem todo e legítimo direito em defender os interesses do Castedo, nunca poria isso em causa. O Presidente da Junta do Castedo é que sabe o que convém ao Castedo, como o Presidente da Junta de Vila Chã sabe o que convém a Vila Chã. Deixa uma nota ao colega dizendo que as crianças do jardim de infância de Vila Chã vieram também deslocadas para Alijó e quem esteve na inauguração apercebeu-se que a preocupação do mesmo foi ver as condições que as criancinhas de Vila Chã

teriam em Alijó, porque só assim lhe assistiria a razão de falar ou de proferir uma opinião. Disse com toda a sinceridade que ficou espantado com as óptimas condições que têm as crianças em Alijó e teve a percepção que as crianças terão um melhor desenvolvimento no pólo, interagindo com outras crianças. Mais disse que a escola de Vila Chã não tinha nem um décimo das condições que tem no pólo, logo ficou contente e até pediu fotografias para provar à gente de Vila Chã que as crianças estão melhor em Alijó, isto no que concerne às pessoas de Vila Chã. -----

Quanto ao PDM disse que o colega tem toda a razão e legitimidade para pedir explicações, e acrescentou que no dia anterior falaram sobre isso. São cerca de 26 ou 27 instituições que têm que se pronunciar, por exemplo para o Castedo ou Pinhão são cerca de 14. Disse ainda que numa das reuniões sem que esteve presente, tal como o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vice Presidente e Sr.ª Eng.ª Zélia, que podem confirmar o que diz. Depois de uma ronda em que todos tinham que se pronunciar, o próprio disse que tecnicamente não estaria à altura dos senhores mas estava à altura politicamente e no que dizia às populações, de lhes dizer que não era um pedido, implorou que todos se entendessem, porque a questão andava à volta de algumas instituições que ainda não tinham respondido àquilo que lhes tinha sido solicitado. Disse-lhes que se entendessem, que acordassem entre si, porque o maior flagelo do concelho de Alijó é o atrofiamento do PDM, não deixando construir as pessoas mudam-se e em vez de se evoluir, regride-se. Implorou nessa reunião que se despachassem a resolver o problema pois estava em causa a vida do concelho. -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Usa da palavra para esclarecer os presentes e nomeadamente o Sr. Presidente da Câmara, dizendo que não levanta e nunca levantou a suspeita sobre nada. -----

-----**MEMBRO MARCO RODRIGUES:** Prescinde do uso da palavra uma vez que o membro António Fernandes já respondeu. -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Gostaria de deixar duas notas, a primeira prende-se com o elogio, é certo que por vezes as oposições têm timbre de criticar os executivos, e neste caso o de Alijó. Infelizmente as oposições têm muita matéria e fazem críticas certeiras e justas, crê ser também justo que seja feito um elogio ao Município de Alijó pelo facto de se ter associado à mostra de filmes do Douro Film Harvest, enquanto concelho anfitrião e portanto, desse ponto de vista, acha que o Município está de parabéns, sobretudo numa altura quem que se está com severos cortes e a tentação seria cortar naquilo que será mais fácil, a cultura ou em matérias de ordem social. -----



Faz um reparo, sobre dados que constam da exposição do Sr. Presidente da Câmara, relativamente aos números de presentes no âmbito das sessões desta mostra do festival. Disse que esteve presente em algumas delas e os números constantes não correspondem inteiramente aquilo que se passou. Os números estão sobre avaliados, pelo menos nas sessões que tiveram lugar no Teatro Auditório Municipal. Relativamente ao Pinhão julga que não constam os dados e aí os números foram de facto elevadíssimos, superando mesmo as expectativas da organização, pelo menos em termos de lugares disponibilizados. Se faz este elogio, com toda a frontalidade, já relativamente ao assunto já falado, sobre o grupo restrito de 24 Câmaras que estão com graves problemas financeiros, mesmo em situação de ruptura, disse que o facto de se aumentar esse numero de 24 para 28, como o Sr. Presidente pretende, não resolve o problema. Por outro lado, pelo facto de o Sr. Presidente invocar que são maioritariamente os concelhos do interior norte que estão nessa situação, disse que no distrito existem 14 concelhos e apenas dois figuram nessa lista. Em Bragança, julga serem 12 Municípios e apenas um consta da lista. Disse ainda que são realidades socioeconómicas muito semelhantes e a esmagadora maioria dos concelhos vizinhos não constam desses dados. Disse ainda que no caso concreto do concelho de Alijó, já foram alvo de um plano de saneamento financeiro, quase 10 milhões de euros já foram praticamente utilizados e o certo é que, não obstante isso, a situação da Câmara continua a ser esta que aqui foi evocada. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Começa por responder à questão do PDM, e pede desculpa porque por lapso não respondeu, acrescentando à intervenção do Membro António Fernandes, que da parte da Câmara e da parte da equipa da Câmara o trabalho técnico está feito. Foi presente à CCDRN, foi aprovado pela reserva agrícola nacional, pela reserva ecológica nacional e portanto só não existe PDM porque a teia burocrática do País ainda não permitiu que existisse. -----
No que respeita à intervenção do membro António Taveira sobre a ligação ETAR's e adegas, disse que a Câmara Municipal de Alijó, vai diligenciar junto das adegas para que de uma vez por todas se cumpra uma coisa simples e que não custa muito dinheiro, que tem a ver com o pré tratamento da produção que as adegas têm. Se esse pré tratamento for feito os problemas a montante e a jusante serão com certeza de outra natureza. Acrescentou que sabem como se resolveria em definitivo a situação, retirando todas as adegas dos centros históricos e colocá-las em zonas próprias para fazer este tipo de trabalho com o respectivo pré tratamento. -----



Relativamente à agência do vale do Tua, disse que tal como na matéria da água e da negociação de um preço único da água no País, o chamado fundo de equilíbrio tarifário que parou, também nessa matéria, a Câmara já tinha tudo pronto para que essa agência entrasse em funcionamento, mas existe um novo governo, uma nova Ministra do Ambiente. Acrescenta que já lhe colocaram a questão por escrito, nessa semana recolocaram a questão e disseram-lhes que para já estão a estudar a matéria e não adiantaram rigorosamente nada. Espera que a Assembleia Municipal, assim como aprovou por unanimidade a constituição dessa agência de desenvolvimento do Vale do Tua também, eventualmente, apoie por unanimidade uma posição de força, se necessário for, para que esse contrato que estava estabelecido pelo anterior governo, e não se pode, em Portugal, sempre que mude o governo rasgarem-se os contratos, ser integralmente cumprido pelo novo governo. -----

No que concerne ao Douro Film Harvest esclarece que, ao contrário do que muitos possam pensar, este evento custou ao Município de Alijó a disponibilização logística, dos meios e do território, porque todo o resto foi através de uma candidatura no âmbito do PROVER ao PO Regional a dinheiros públicos que o financiou em 40% e os restantes 60% foram financiados por privados, entre os quais o Casino de Chaves, o Hotel Vidago de Vidago, o CS Hotéis do Pinhão, um conjunto de quintas da região, a Adega Cooperativa de Favaios, entre outros. Isto é, os privados reconhecem que particularmente nesta altura de crise em que se vive, é absolutamente fundamental promover a marca Douro, através de todos os meios ao alcance. Quando se sabe, que um dos mercados emergentes do Vinho do Porto, e se calhar um dos mercados emergentes para todo o outro tipo de actividade comercial e económica do País, é o Brasil, está tudo dito. Sendo o Brasil, juntamente com a Rússia, a China e a Índia, os quatro únicos países que crescem a mais de 2 dígitos em termos da globalização económica em que se vive, e tendo o Douro Film Harvest como tema o Brasil, a sua cultura e as suas gentes, afirma que foi com enorme alegria e satisfação que se pôde receber esse festival em Alijó, praticamente a custo zero, apenas com o custo de trabalho e esforço e com o financiamento dessa natureza. Disse que é assim que têm que conceber os eventos a realizar no concelho, numa parceria em que a parte privada tem que ter um esforço maior que a parte pública, porque esta não pode, e se os privados têm interesse económico nestas matérias, têm que investir. -----

Relativamente, e uma vez mais, às dificuldades financeiras das Câmaras, e das Câmaras falidas, disse que a Câmara assume com total responsabilidade, frontalidade e com determinação a

estratégia de desenvolvimento social e económica que os diferentes executivos do PS promoveram, planearam e executaram para este concelho, desde o Dr. Cerca até à data. Mas acrescenta que também está solidário com uma estratégia de desenvolvimento social e económico para o concelho, antes de o PS, quando o concelho foi governado por um Presidente da Câmara do PSD, Dr. Aníbal, que já foi deputado na Assembleia Municipal de Alijó, que também teve uma estratégia de expansão e desenvolvimento e de aproveitamento de fundos comunitários para o concelho. Explica que, por exemplo, na habitação social, o contrato com o INH que ainda vem desde esse tempo, continuou com o Dr. Cerca e parou com o actual executivo, ainda faz parte da presente dívida. Considera que o Presidente na altura fez muito bem, porque não têm o poder de adivinhação, quando o fez, o paradigma de desenvolvimento social e económico para o País e para os Municípios, era esse, e se não o fizesse, como disse, e muito bem, o membro António Fernandes, continuávamos com dívida e sem obra. Afirma que têm dívida, mas têm obra, o que era fundamental para o desenvolvimento estrutural e económico está feito. Questiona os presentes, a título exemplificativo, se acham que o Presidente da Região Autónoma da Madeira irá ganhar ou perder as eleições. Afirma que vai ganhar porque, aproveitando o que o deixaram fazer, colocou a Madeira num “brinco”, havendo uma diferença, ele fez isso e ocultou, em Alijó fizeram isso e não ocultaram. Acrescenta que quando desenvolveram a estratégia de desenvolvimento social e económico do concelho, procurando aproveitar ao máximo os fundos comunitários dos diferentes quadros comunitários, tinham 60% de capacidade de endividamento por utilizar. Portanto não aceita que, relativamente a si próprio ou aos seus antecessores, Dr. Cerca e Dr. Aníbal, digam que levaram o investimento no desenvolvimento social e económico do concelho para o caminho de um endividamento irresponsável. Não aceita, porque Alijó foi sempre um concelho muito competitivo no aproveitamento até ao tutano dos fundos comunitários que colocaram à sua disposição e perante isso haviam duas hipóteses: fazer como alguns Municípios que têm dinheiro no banco mas estão atrasados e não têm dívida; ou fazer como fizeram, fazer no tempo em que tinha que ser feito. Agora só resta fazer menos e pagar a dívida. São os tempos próprios dos ciclos económicos também a nível internacional. Lembra que tinham 60% de capacidade de endividamento e perderam-na na altura, em que o Sr. Secretário de Estado, Eduardo Cabrita, do PS, aprovou a actual lei da finanças locais, péssima para os Município do interior, em que “comeu”, com uma simples alteração matemática esses 60% de capacidade de endividamento. Passaram de 60% para ultrapassar num milhão de euros a capacidade de endividamento. Sugere



End.
EE
49

que alterem a lei das finanças locais, pois assim nenhuma das Câmaras na lista ultrapassa o endividamento. -----

Disse ainda, no que concerne à questão financeira, que o mapa é muito claro, mas será muito pior, pois agora são 24, porque os dados que estão nessa informação são anteriores à última execução orçamental e informa, porque esteve reunido com o Sr. Secretário de Estado da Administração Local, ex-Presidente da Câmara de Penela, que neste momento já não são 24, são 78 e continuarão a subir se não alterarem a lei das finanças locais. Mais disse que no âmbito da reforma administrativa que visa fundir e extinguir freguesias e incentivar à fusão e extinção de Municípios, na qual não acredita, está uma vertente de revisão da lei das finanças locais, com certeza perceberam que da forma que fizeram a actual lei, está só penaliza as Câmaras que têm uma enorme dependência das transferências do orçamento geral do estado. Disse ainda que relativamente à célebre notícia do Jornal de Notícias, que considera vergonhosa porque só tem um fim, que é desviar as atenções da verdadeira dívida e dos verdadeiros incumpridores, as Câmaras são todas acima do rio Mondego, tirando uma no Alentejo, porque de resto é onde a especulação imobiliária da construção civil vigora, e como têm essas verbas, porque as transferências do orçamento de estado significam zero ou quase zero, são 5 ou 10% do cômputo geral das suas verbas. No caso das restantes Câmaras é o contrário, 70, 80 ou em alguns casos 90% das verbas. Por exemplo o que tem sido cortado à Câmara nos últimos anos em termos de transferências directas e indirectas, diminuição de IMI, de IMT, de impostos directos e indirectos entre outros, é assustador. A Câmara de Alijó não pode fazer milagres e tem que cumprir o que assumiu. Reafirma ser uma notícia manipuladora com o objectivo político de atirar as culpas para outros. ---
Relativamente a Paris, Bruxelas e a outras observações aqui feitas, disse também de forma clara e frontal que tem muito orgulho e enorme satisfação como autarca do concelho de Alijó, pelo trabalho que foi feito pelo anterior governo em diferentes áreas, desde a educação, às estradas, à acção social, à reabilitação urbana e a um conjunto de aproveitamento de inatérias de fundos comunitários para o desenvolvimento do interior do País. Teve erros nalgumas coisas, mas nisto foi o único Primeiro-Ministro português que investiu mais de 6 mil milhões de euros no desenvolvimento do interior (A24, A7, A25, IC5, hospitais, centros de saúde, escolas). A história irá julgá-lo, mas quando isso acontecer que o julgue como o Primeiro-Ministro que mais investiu no interior do País, na terra que o viu nascer. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre período de inscrições a fim se de pronunciarem sobre a moção apresentada pelo membro António Fernandes, propondo que intervenha um membro por bancada. -----

-----**MEMBRO ROGERIO LIMA:** Disse que já foi discutida na Assembleia Municipal uma moção idêntica que, curiosamente, foi apresentada por si. Assim a Assembleia já decidiu sobre essa matéria, presume que na reunião de Fevereiro ou Abril, e decidiram por unanimidade. Esta moção é extemporânea e inocua, já que a moção anteriormente aprovada contemplava todas as preocupações agora apresentadas pela bancada socialista. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Solicita, já que disseram que as moções são muito parecidas, a presença da outra moção para confrontação, pois desacorda. Acredita que ambas convergiam no ponto de protecção dos interesses do concelho e das populações, só que os governos são diferentes e parece ser aí que entronca a questão. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Propõe, caso todos concordem, que reenviem a moção já aprovada, vinculando que é a segunda vez que é enviada, dando conta da posição da Assembleia Municipal, aprovada por unanimidade. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Disse que não concorda com a proposta, pois os tempos são diferentes. E nada impede que a primeira seja reenviada com a presente. Afirma que se propôs a moção, a mesma deve ir a votação. -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Concorda com o que foi dito pelo Membro Rogério Lima e pelo Sr. Presidente, o conteúdo das moções, no fundo, é o mesmo. Acha que a primeira moção aprovada, que foi enviada para o governo anterior, poderá ser reenviada para o actual governo, Presidente da República e Assembleia da República, mas não vê necessidade em enviar uma segunda a dizer a mesma coisa. Julga que deve ser reenviada a anterior.

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Faz uma pausa de 5 minutos para que as bancadas cheguem a um entendimento sobre a aceitação da moção, com base na moção anteriormente aprovada, que entretanto foi presente à Assembleia. -----

Após a pausa e considerando que não há entendimento entre as bancadas, coloca a votação a aceitação da moção na Assembleia Municipal “*Contra o Pagamento de Portagens na A24 e A4*” apresentada pelo membro António Fernandes, sendo aprovado por maioria com 17 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação a moção “*Contra o Pagamento de Portagens na A24 e A4*” apresentada pelo membro António Fernandes, sendo aprovado por maioria com 17 votos a favor e 10 abstenções, dos seguintes membros: Pedro Sampaio, Rogério Lima, Miguel Cartageno, Manuel José Vilela, Maria Arminda Ferreira, João Vilela, Marta Gonçalves, Márcio Ribeiro, Laurindo Miranda e Filomena Nogueira. Tendo a última apresentado a seguinte declaração de voto: -----

“Declaração de voto relativamente à Moção

O motivo da minha abstenção é apenas e só pelo facto de já existir uma moção aprovada por unanimidade sobre este assunto, nesta mesma Assembleia Municipal. Entendo por isso que devíamos reenviar aquela moção ao Senhor Presidente da República e Senhor Primeiro Ministro, pois, em meu entender, pelo facto de ter sido aprovada por unanimidade tem mais valor, do que esta aprovada por maioria.”

-----**PRESIDENTE DA MESA** Introduce o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Pedido de aprovação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2012, aos valores patrimoniais dos prédios urbanos”*, Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Sugere que se alguém tiver questões a colocar, que as responderá, se não tiverem está tudo esclarecido nos pontos. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Relativamente a este ponto disse que, gostava, uma vez mais, já que o fez no ano passado e não obteve resposta por parte do Sr. Presidente da Câmara, saber o que representa, em termos de encaixe financeiro para a Câmara Municipal de Alijó, passar dos actuais 0,6% para os 0,7% para prédios urbanos e de 0,3% para 0,4% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. Salienta que desde 2009, como já o disse no ano anterior, ano de eleições, este executivo socialista tem permanentemente, ano após ano, aumentado este imposto. Propõe que, seria importante, como no ano anterior fizeram na derrama, que este executivo

pudesse implementar alguns mecanismos previstos no código do IMI de incentivo às obras de reabilitação urbana através da diminuição ou eliminação do IMI sobre os prédios urbanos que estão em reabilitação ou sobre os que estão reabilitados, por isso a bancada irá votar contra. -----

-----**MEMBRO JOÃO VILELA:** Questiona o Sr. Presidente se o aumento poderá ser ou não prejudicial para o concelho, quando comparado com outros, na perspectiva não de que, obviamente, o orçamento seja mais ou menos beneficiado com isso, e é um aspecto importante a ter em conta, mas simplesmente o facto do aumento de imposto, que já é agravado pelo próprio governo, e pelo próprio estado das finanças locais, que no próprio concelho este seja mais um agravamento que possa, no fundo, ajudar a prejudicar ainda mais as pessoas do concelho. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Disse que acha que 0,1% seja assim tão significativo, dando o exemplo de quem pagar IMI na importância de mil euros sofrerá um aumento de cerca de quatro euros. Não acredita que seja grande o sacrifício, mas o que é importante é quando os detentores de grande património têm que pagar o seu IMI. Acrescenta que quando se fala de medidas sociais, no que respeita às pessoas mais desfavorecidas julga que esta taxa de IMI não prejudicará assim tanto essas pessoas. Aos que têm património muito avultado sim, e nesses casos também dá jeito à Câmara ter algum encaixe. Disse ainda que não se pode chegar à Assembleia e perguntar quanto se deve, e dizer que a Câmara é uma das mais endividadas e depois não se fazer nada para evitar ou atenuar a dívida. Assim, por acharem que não vai prejudicar as pessoas mais desfavorecidas, vão votar a favor. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que no distrito de Vila Real há apenas uma Câmara que não estava na taxa máxima, estava como a Câmara de Alijó, que era Sabrosa, desconhecendo se passará para a taxa máxima ou não. De resto todas as Câmara do distrito de Vila Real e mais de 90% das Câmara do País estão na taxa máxima. Acrescenta que isto acontece porque relativamente às taxas antigas, estas estão extraordinariamente subavaliadas, e se não for aplicada a taxa máxima, não pagam quase nada e portanto isso é insignificante. No que respeita às novas, e sobretudo às construções novas, sabem que não estão sobreavaliadas, até porque, existe uma interpretação da habitação de acordo com a zona onde a mesma é construída, e tem-se isso em atenção. Mais disse, que a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses enviou um ofício circular para todas as Câmaras a aconselhar a que estas cobrassem a taxa máxima

relativamente a este imposto. Mas fizeram as contas, e pediram às finanças de Alijó que lhes dissesse qual o impacto desse aumento, sobretudo na carteira das próprias pessoas, e disseram que a média das novas habitações, porque as outras estão na média dos mil ou dois mil euros, está avaliada numa média de 45 mil euros por habitação, o que significa que o aumento, na pior das hipóteses será de 45 euros por habitação/ano. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Pedido de aprovação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2012, aos valores patrimoniais dos prédios urbanos”*”, sendo aprovado por maioria com 19 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos Pedido de autorização de lançamento de uma derrama, para o ano de 2012, a incidir sobre a colecta de IRC do ano económico de 2011*”. Abre Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes Membros:

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Disse que, conforme já o havia dito no ano anterior, e a bancada do PSD/CDS até obteve um elogio do Sr. Presidente, que julga ter sido a primeira vez que se ouviu um elogio da parte da bancada PS, relativamente à sua bancada ser favorável a que as grandes empresas paguem. Mais uma vez concorda que as grandes empresas, como a EDP, a PT, a banca, a grandes empresas de Vinho do Porto, sobretudo as sediadas em Vila Nova de Gaia, devam pagar esse dinheiro no concelho de Alijó. Concorda, e acha, que por mais poderiam ser taxadas. Disse ainda que gostaria de ser coerente com o que disse no ano passado e aquando da votação da derrama para 2010, disseram que deveria haver uma aplicação da taxa mínima nas entidades e empresas com volume de negócios igual ou inferior a 150 mil euros, o que não acontece porque não é de facto a taxa mínima. Continuam a achar, uma vez que não pode haver isenção, que se aplicasse a taxa mínima, pois ia sobretudo de encontro à defesa dos pequenos comércios e empresas locais e sobretudo das empresas familiares do concelho de Alijó. Assim, acham que, o valor da segunda parte devia estar na aplicação da taxa mínima, como não está, não vêm outra maneira que não seja votar contra o lançamento da derrama no concelho de Alijó. -----

-----**MEMBRO JOÃO VILELA:** Disse que o Sr. Presidente da Câmara referiu, no âmbito do festival do Douro Film Harvest que as empresas contribuíram com mecenas para a realização do mesmo, e bem. Parece-lhe que esta medida acaba por ser um contra senso àquilo que disse. Pois se elas contribuem por um lado para algumas actividades, são penalizadas por outro, e está a falar de

empresas que se situam abaixo dos 150 mil euros. Às que estão acima desse valor deve ser cobrada a taxa proposta. Não lhe parece que seja correcto, até para a própria economia local a taxa abaixo dos 150 mil euros. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Disse que não sabe qual é a moessa que possa fazer, num cidadão comum do concelho, os mais desprotegidos como já foi dito, as pequenas e médias empresas, quando está na acta que só vão aumentar as que estão acima de 150 mil euros, abaixo desse valor mantêm-se o que estava. Não entende qual a razão e também o confunde bastante é que, parece que virou moda, o que vem do governo está tudo bem feito, suporta-se tudo, podem fazer o que querem, quando é na Câmara vota-se sempre conta. Acha que é difícil entender essa atitude mas as atitudes são de quem as toma, a sua não é essa, é de responsabilidade e é de continuar a trabalhar. Dessa forma que se deixem de certas coisas que não os levam a lado nenhum. -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RODRIGUES:** Esclarece que a justificação do seu voto contra esta proposta reside em dois pontos fundamentais, o primeiro lugar porque são coerentes com a posição tomada no ano anterior relativamente a este ponto em que defendiam que as empresas com um volume de negócio inferior a 150 mil euros poderia ser aplicada uma taxa reduzida. Por outro lado o que apresenta esta proposta é uma espécie de malabarismo político, é um termo forte, chama-lhe engenharia política, porque o que acontece é que pegando no que foi aprovado no ano anterior em que a taxa uniforme de derrama era de 1,2%, manteve este valor relativamente às empresas que têm um volume de negócio inferior a 150 mil euros e aumentou relativamente às outras. Assim não houve a tal discriminação positiva, como já haviam proposto no ano anterior relativamente às pequenas empresas e é por esse motivo que no seu caso particular votará contra.

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente às grandes empresas estão todos de acordo, taxá-las pela taxa máxima, relativamente às outras, não foi nenhuma manobra ou engenharia política, foi ser coerente. As finanças ainda não disseram concretamente o que significava isso e quem efectivamente era atingido abaixo dos 150 mil euros por esta matéria. Sublinha que não são 150 mil euros de lucro, são 150 mil euros de volume de negócios, porque a percentagem incide sobre o lucro. Numa altura em que o governo da nação aumentou 17% na electricidade, vai retirar metade do IRS, vai aumentar todas as taxas e mais algumas e vai retirar às Câmaras 10% em 2012

e 10 % em 2013, é o que está previsto, como querem que se tenha uma actuação diferente? Acresce ainda que estão a ser coerentes. Acrescenta que estão a fazer uma discriminação positiva com estes, e não sabem o impacto, talvez para o ano já saibam, mas sabem que pior não ficam, ficam, no mínimo na mesma situação que estavam no ano passado. Quando todos os portugueses vão pagar mais e estes pagam o mesmo, é discriminação positiva e é uma forma muito simples de fazer matemática. Se todos vão pagar mais, e há um grupo que vai pagar o mesmo do ano passado, esse grupo já está a ter uma atitude de discriminação positiva da parte da Câmara. Disse ainda que aceitou, e aceitou bem porque é uma pessoa de cabeça aberta, a sugestão apresentada, e está disponível face a dados concretos, de evoluir ainda mais. Não pode é tomar uma decisão política nesta matéria, que tem um impacto financeiro, sem saber, na verdade, o que isso significa, porque, dá o exemplo relativamente à taxa da derrama, de um ano para o outro quando foi feita a diminuição, passaram de 70 mil euros para 40 mil euros, tiveram logo menos 30 mil, o que é muito dinheiro neste contexto. E portanto a explicação é essa. Não foram tão longe como gostariam de ter ido, mas isso tem a ver com as actuais circunstâncias. Por exemplo as Câmara de todo o País estão a equacionar apagar a luz da uma às cinco da manhã, ou reduzir os fluxos da iluminação pública, ou pôr candeeiro sim, candeeiro não, entre outras, porque de um momento para o outro aumentaram 17%. A todos, enquanto munícipes, nas suas casas, às empresas e inclusive ao próprio estado. Isto é, o estado retira de todas as formas e depois diz se têm taxas a aplicar, coloquem-nas nos máximos. E a Câmara não está a fazer isso exactamente para privilegiar essas pessoas. Enquanto não se souber o impacto real, não se pode mexer mais do que já se está a fazer. Neste momento não diminuir apoios, quando é o caso, ou não aumentar impostos, já é uma discriminação muitíssimo positiva. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de autorização de lançamento de uma derrama, para o ano de 2012, a incidir sobre a colecta de IRC do ano económico de 2011*”, sendo aprovado por maioria com 18 votos a favor, 8 votos contra e 2 abstenções. -----

Introduz o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem*”. Abre Período de Inscrições não se tendo inscrito nenhum Membro. -----



Coloca a votação o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos “Pedido de aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem”*, sendo aprovado por unanimidade. -----

Introduz o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos “Pedido de aprovação da 12.ª Modificação aos documentos previsionais de 2011 que se traduz na 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e na 3.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos”*. Abre Período de Inscrições não se tendo inscrito nenhum Membro. -----

Coloca a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos “Pedido de aprovação da 12.ª Modificação aos documentos previsionais de 2011 que se traduz na 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e na 3.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos”*, sendo aprovado por maioria com 21 votos a favor e 8 abstenções. -----

Introduz o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos “Pedido de aprovação da suspensão parcial do Plano Director Municipal de Alijó”*. Abre Período de Inscrições não se tendo inscrito nenhum Membro. -----

Coloca a votação o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos “Pedido de aprovação da suspensão parcial do Plano Director Municipal de Alijó”*, sendo aprovado por unanimidade. -----

--- A bancada do PSD/CDS apresentou a seguinte declaração de voto: -----

Introduz o *Ponto Sete da Ordem de Trabalhos “Pedido de autorização para o Município celebrar escritura de justificação do prédio onde se encontra implantado o Pavilhão Gimnodesportivo de Alijó”*. Abre Período de Inscrições não se tendo inscrito nenhum Membro. -----

Coloca a votação o *Ponto Sete da Ordem de Trabalhos “Pedido de autorização para o Município celebrar escritura de justificação do prédio onde se encontra implantado o Pavilhão Gimnodesportivo de Alijó”*, sendo aprovado por unanimidade. -----

Introduz o *Ponto Oito da Ordem de Trabalhos “Pedido de autorização de desafecção do domínio público para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno, sito no Largo da Carranca, em Sanfins do Douro.”*. Abre Período de Inscrições tendo se inscrito o seguinte



Membro. -----

-----**FILIPE MACEDO:** Refere que a sua bancada é totalmente a favor da melhoria das condições do novo centro de saúde de Sanfins do Douro, melhores condições para os utentes, para os profissionais de saúde. No entanto faz dois reparos relativamente a esta situação, o primeiro é o facto de estarem lá, há quase dois anos, os contentores e os mesmos estarem encerrados, apesar de o Sr. Presidente já ter justificado deixa o reparo, e o segundo reparo é o local escolhido, é um local nobre de Sanfins do Douro, perto da igreja matriz, junto ao terreiro, um local onde houve uma intervenção nesse centro histórico e colocar lá os contentores parece ser de um gosto duvidoso. Por esse motivo a bancada do PSD/CDS irá abster-se neste ponto. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Disse que os dois anos são da única responsabilidade da ARS, da sub-região de saúde e do seu departamento jurídico, relativamente ao local escolhido houve um grande esforço de consensualização e foi também a própria ARS que determinou esse local.-----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Oito da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de autorização de desafecção do domínio público para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno, sito no Largo da Carranca, em Sanfins do Douro.*”, sendo aprovado por maioria com 20 votos a favor e 9 abstenções. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Indica que se encontra presente um Membro do Público que manifestou intenção de intervir, ao qual dá a palavra: -----

----- **Eng.º Joaquim Esteves:** Informa que teve conhecimento que iria ser tratado um assunto relativo a expropriações de terrenos junto ao nó da variante no sentido de Presandães. Disse que há cerca de 10 ou 11 anos houve interesse das Caves Transmontanas em adquirir um terreno em Presandães. As pessoas venderam esses terrenos a um preço simbólico de 40 ou 50 cêntimos. O objectivo seria construir uma adega das Caves Transmontanas. A adega não foi construída e esses terrenos deveriam regressar aos proprietários. Mais tarde a firma Taylor’s comprou também uma grande área com o objectivo de fazer uma grande adega, como entretanto comprou a adega, quem

vai para a Pesqueira, Quinta da Cesteira, que hoje se chama Quinta da Nogueira, também tal projecto foi gorado. Esses terrenos deveriam regressar aos proprietários. Consta-se agora que uma empresa está interessada nesses terrenos. E o próprio já foi com um elemento do tribunal mostrar um terreno que disse logo não estar interessado em vender. Disse que tem um terreno próximo da variante, portanto, no referido nó, tem-lo vedado, só não construiu porque não estava no PDM, ou já teria criado lá alguns postos de trabalho, pelo menos para os seus filhos que são licenciados e estão desempregados. Para um deles quer fazer lá um armazém de apoio à agricultura e ele na qualidade de jovem agricultor, pois tem esse direito. Além disso, herdou esse terreno do seu pai, disse ter gosto em construir lá algo para si. Não é uma empresa forte mas tem o direito de fazer valer os seus bens em prol dos seus descendentes. Opõe-se que esse terreno, a não ser que, nessas negociações lhe dêem possibilidade de poder também construir lá um armazém. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Disse que tem muito gosto em prestar os esclarecimentos relativamente a esta matéria. No que respeita às expropriações antigas da Taylor's e das Caves Transmontanas, é obviamente uma relação entre privados em que a Câmara não pode fazer nada. Se no clausulado da venda estivesse o direito a reversão, mas se não tem não há nada a fazer. No que concerne aos terrenos da variante e à suspensão parcial do PDM, informa que não está a ser feita uma suspensão parcial do PDM para a empresa A,B, C ou D, mas sim porque existiram, efectivamente, duas empresas que se dirigiram à Câmara com dois projectos candidatados a fundos comunitários para criar emprego e desenvolver negócio no domínio da agricultura, neste caso da vitivinicultura e no domínio do ambiente. Mas não são os únicos. Portanto toda essa área de que falou o Sr. Eng.º Esteves, no actual PDM não se pode construir nada e a única hipótese legal de construir lá alguma coisa tem a ver com projectos apoiados por fundos comunitários. Numa conversa com a DGOT-DU e com a DGAL, foi informado que para haver uma suspensão parcial de um PDM terá que haver interesse público, e, portanto, esses projectos têm que se comprometer em criar desenvolvimento económico, riqueza e postos de trabalho nas diferentes áreas. Por isso mesmo essas candidaturas envolvem um prolongado estudo de desenvolvimento social e económico para poderem ser aprovadas, e não são aprovadas pela Câmara, mas sim pelos fundos comunitários, nomeadamente pelo IAPMEI e o PO Regional relativamente a essa matéria. E essas empresas dirigiram-se à Câmara, porque aquela zona, com as novas acessibilidades,

ganhou outra atractividade do ponto de vista da proximidade com as vias de desenvolvimento. Mas o PDM vai ser suspenso naquele território, enquanto não há um novo PDM, porque irá permitir uma vez revisto que esse território seja disponibilizado para aumentar a capacidade de acolhimento empresarial. A suspensão do PDM conforme está prevista dá a possibilidade através de uma declaração de interesse público municipal de comprar, com base numa avaliação de peritos do tribunal, esses terrenos para um determinado fim, mas a posse dos terrenos é da Câmara, porque se assim não fosse, não poderiam haver estradas, centros de saúde, nada. Se os proprietários tivessem o poder absoluto sobre os seus terrenos o estado quando tivesse interesse público num terreno para passar uma estrada ou qualquer outra coisa, nunca teria hipótese de agir. Informa que vai ser dentro dessa abertura e dentro dessa transparência jurídica, mas tem o direito de regresso. Isto é, os proprietários que tenham terrenos nessa área, e se tudo for aprovado, a ser objecto de um processo expropriativo tem duas coisas que os garante, o preço justo, porque não é a empresa que se vai estabelecer nem a Câmara a decidir o preço, será o tribunal, e tem ainda o direito desse território á sua posse se o projecto para esse terreno não for concretizado no espaço de tempo que estava previsto na lei, que são 2 anos e meio. Existirá um, direito de superfície, como é feito em muitas outras situações entre o Município de Alijó, o mesmo é dizer, o interesse público municipal, e esses investidores dando-lhes um prazo curto para apresentar o projecto e para fazer o investimento. Se os investidores nesse tempo não apresentarem o projecto ou se não fizerem o investimento, obviamente o terreno regressa à posse da Câmara e poderá por efeito de regressão, regressar ao proprietário. Resume dizendo que os proprietários não perderam nada com isso, pelo contrário ficam a ganhar, porque no actual terreno não dava para construir, nem estava valorizado para indústria ou qualquer outro tipo de desenvolvimento, era agro-florestal. Com esta atitude naquela zona, o Sr. Eng.º e qualquer outro proprietário, vão poder ter acesso a outros terrenos dessa mesma zona, bem como a apresentar projecto para esses terrenos. Depois esse projecto terá que ser aprovado nas condições que este tipo de legislação implica. Acrescenta que para além dos dois pedidos referidos, chegaram também pedidos da Noval, da Palmiresíduos, de um senhor na área das inspecções automóveis. Aqueles terrenos, só com a suspensão do PDM é que podem ser utilizados para esse fim. A realidade é essa. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** Dá por terminados os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----

A Mesa

Humberto Bastos

Estela Maria Jesus Teixeira

Estrela da Rocha
